Governo do Estado de Sergipe
Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência Social
Fundação Renascer do Estado de Sergipe
Diretoria Operacional - DIROP

01

PROGRAMA DE EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

PROEX

ARACAJU, FEVEREIRO DE 2022

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

02

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDAÇÃO RENASCER DO ESTADO DE SERGIPE

BELIVALDO CHAGAS SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE

ELIANE AQUINO CUSTÓDIO
VICE-GOVERNADORA

LUCIVANDA NUNES RODRIGUES
SECRETÁRIA DE ESTADO DA INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

WELLINGTON DANTAS MANGUEIRA MARQUES
DIRETOR PRESIDENTE
FUNDAÇÃO RENASCER

OSCAR CAMPELO DE ALMEIDA NETO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA
FUNDAÇÃO RENASCER

ANTÔNIO CARLOS VIANA DE AZEVEDO
DIRETORIA OPERACIONAL
FUNDAÇÃO RENASCER

VANESSA HORÁCIO DE OLIVEIRA
DIRETORA DO NÚCLEO ESTADUAL
DA ESCOLA DO SINASE
FUNDAÇÃO RENASCER

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

03

EQUIPE DE TRABALHO DA DIROP

ELAINE SANTANA SANTOS
COORDENAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA

GLICIA CRISTINA LIMA SANTANA DIAS MOREIRA
COORDENAÇÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

FREDERICO DANTAS VIEIRA
COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

JOIRA ALVES DE LACERDA S. ROLEMBERG
COORDENADORIA DE SÁUDE

SHEILA VIEIRA DE LARA
COORDENADORIA DE PROFISSIONALIZAÇÃO E APOIO AO EGRESSO

UNIDADES DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

RODRIGO OLIVEIRA DA SILVA
COMUNIDADE DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO MASCULINA - CASEM

KARLA SANTOS SILVA
COORDENAÇÃO TÉCNICA

JOSE EDVALDO ANDRADE- LUIZ FABIANO S. SANTOS
COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA

DANIEL RODRIGUES OLIVEIRA
UNIDADE SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA - USIP

JOSEDITE TOMAZ DA COSTA
COORDENAÇÃO TÉCNICA

MOIÉS DE SOUZA S FILHO - ROBSON T DE ANDRADE
COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA

ANTÔNIO MILTON DOS SANTOS JUNIOR
COMUNIDADE SOCIOEDUCATIVA SÃO FRANCISCO DE ASSIS – CASE 1

CARLA VANESSA DO NASCIMENTO GOIS
COORDENAÇÃO TÉCNICA

DAMIÃO BATISTA
COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA

GLADSTON SANTOS DE OLIVEIRA SILVA
COMUNIDADE SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE – CASE 2

MÔNICA SANTANA FONTES SILVA
COORDENAÇÃO TÉCNICA

ALEXSSANDRO ALMEIDA SILVA
COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA

GENILSON MACIEL DE SANTANA
UNIDADE SOCIOEDUCATIVA FEMININA

FABIANE EDELTRUDES
COORDENAÇÃO TÉCNICA

SINVALDO PEREIRA DOS SANTOS
COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA

JOIRA ALVES LACERDA SANTOS ROLEMBERG
DIRETORA - CEMEC

UNIDADE DE SAÚDE DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS
RESPONSÁVEL TÉCNICA - ELEONORA CIRILO

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

04

AGRADECIMENTOS,

ESTE CADERNO É RESULTADO DO TRABALHO DE VÁRIAS MÃOS. É POSSÍVEL ENCONTRA AQUI TODOS OS SUJEITOS ENVOLVIDOS NA DINÂMICA DA VIDA DA COMUNIDADE SOCIOEDUCATIVA. FAMÍLIAS, ADOLESCENTES E SOBRETUDO, FUNCIONÁRIOS QUE DEIXARAM SEU LEGADO NESSA CONSTRUÇÃO,

OBRIGADO!

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

05

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 06

INTRODUÇÃO 08

1. DADOS INSTITUCIONAIS DA RENASCER 15
1.1 MISSÃO 15
1.2 COMPETÊNCIAS 15
1.3 INFRAESTRUTURA 16
1.3.1 ESTRUTURA FÍSICA 16
1.3.2 COMPOSIÇÃO DE PESSOAL 17
1.4 AÇÃO SOCIOEDUCATIVA 18

2. CADERNOS DE ORIENTAÇÕES DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO 20
2.1 CADERNO DE ORIENTAÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 23
2.2 CADERNOS DE ORIENTAÇÕES DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIAVS DE SEMILIBERDADE 42
2.3 CADERNOS DE ORIENTAÇÕES DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO 62

3.PLANO DE MONITORAMENTO 83

4.CONSIDERAÇÕES FINAIS 91

REFERÊNCIAS 93

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

06

APRESENTAÇÃO

Advinda de um cenário de crise institucional até o ano de 2015, no que diz respeito à metodologia e alinhamento à execução do trabalho, a Fundação Renascer do Estado de Sergipe, apresentava necessidade de revisão, atualização e discussão sobre a instrumentalização dos procedimentos realizados no atendimento ao adolescente, que pudesse, de modo padronizado, promover uma melhor organização em seus processos de trabalho. Vale destacar que os procedimentos até então existentes, tinham como base a legislação vigente acerca do atendimento socioeducativo, porém, o fazer profissional estava sendo realizado a partir das percepções individuais de cada profissional.

Partindo dessa premissa, em 2015, com a proposta trazida por uma nova gestão e tendo como norte a *Pedagogia da Presença*, criada e difundida pelo educador Antônio Carlos Gomes da Costa[1], foi iniciada a produção do **Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI)** com a participação de todo o corpo funcional da Renascer, adolescentes em cumprimento de medida cautelar e socioeducativa e sociedade civil organizada.

Todavia, a existência deste documento trouxe a necessidade de criar manuais de operacionalização das Medidas socioeducativas que, no Estado de Sergipe, se desdobrou em C*adernos de orientações*[2] norteadores da prática nas unidades de atendimento executados pela Renascer.

Assim, tendo como base, o **MANUAL DE PROCEDIMENTOS TÉCNICOS** - instrumento produzido pela equipe técnica do antigo CENAM - Unidade Socioeducativa de Internação - no ano de 2014, que tinha a finalidade de legitimar o fazer técnico naquela unidade, foi aventado pela equipe técnica da Diretoria Operacional da Renascer a

[1] Pedagogo, foi um dos participantes da redação do ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, com vasta experiência no trabalho com crianças e adolescentes, trabalhando na FEBEM de Minas Gerais e criador da Pedagogia da Presença, metodologia voltada para adolescentes autores de ato infracional.

[2] O SINASE (2006), orienta a elaboração de programas (organização e funcionamento) das unidades de atendimento (p.37), além de promover a elaboração de documentos como: regimento interno, guia do educador e manual do adolescente, de forma coletiva, sempre que possível (p. 56)

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

07

construção do **PROGRAMA DE EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DO ESTADO DE SERGIPE (PROEX)**, contendo tais cadernos de orientações.

Desse modo, em julho de 2016 foram realizadas oficinas para construção do PROEX da Internação, com a participação das equipes técnicas e diretivas das Unidades de Atendimento socioeducativo da Renascer, onde discutiu-se e reorganizou-se coletivamente os procedimentos técnicos operacionalizados no acompanhamento prestado ao adolescente/jovem que cumpre a medida cautelar e a socioeducativa privativas e restritivas de liberdade, desde o acolhimento ao desligamento.

Nos meses seguintes e já no ano de 2017, as discussões com as equipes técnicas, diretiva e de segurança das unidades de atendimento socioeducativo e da Unidade de Saúde da Renascer, aconteceram com o objetivo de fomentar a reflexão e estabelecer os fluxos no âmbito dos serviços de saúde ofertados ao adolescente; e no caso específico das unidades de internação, masculina e feminina, foram realizadas reuniões para a construção do **Projeto de Visita Íntima**. No mesmo período, discussões e construções coletivas foram desenvolvidas com as equipes de segurança das unidades de atendimento socioeducativo, estabelecendo os **Procedimentos Operacionais (PO)** nos diferentes contextos relativos à segurança socioeducativa.

Nessa perspectiva, o PROEX apresenta-se como norteador da ação socioeducativa no âmbito institucional da Renascer, observando os princípios legais da proteção ao adolescente, a primazia aos princípios éticos profissionais, o estabelecimento do fluxo das ações entre as equipes de trabalho, a unificação de procedimentos e conceitos orientadores do atendimento socioeducativo, visando a qualificação do fazer profissional e do atendimento que deverá ser revisado a cada dois anos, a partir da realização de diagnóstico institucional por igual período.

Destaca-se ainda que no ano de 2019, tendo como base também as discussões coletivas acima citadas, foi realizada a atualização do **Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI)** e do **Regimento Interno das Unidades de Execução das Medidas Socioeducativas da Fundação Renascer do Estado de Sergipe** que dialogam diretamente com PROEX.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

08

INTRODUÇÃO[3]

No Brasil, a consolidação do atendimento à criança e do adolescente surgiu como necessidade de discussão a partir da revolução de 1930, acontecimento de relevância para a história do nosso país que contou com uma série de fatores conjunturais, sob forte influência a nível interno quanto externo, produzindo demandas no que concerne as ações inerentes às mudanças no contexto socioeconômico e político.

A instalação de uma nova forma de condução do país, através do Estado Novo, trazia para o campo social a necessidade do aparato executor das políticas sociais no país. Destacou-se à época a legislação trabalhista, a obrigatoriedade do ensino e a cobertura previdenciária associada à inserção profissional, a qual foi alvo de críticas por seu caráter não universal. Configurando uma espécie de cidadania restrita aos que tinham carteira assinada, reproduzindo uma grande massa de trabalhadores sem proteção social.

O sufrágio universal foi reconhecido nesta época como um direito político de indivíduos, excluídos até então, a exemplo das mulheres. Nesse período, o ideário político passou a se interessar em atender um número indeterminado de crianças e adolescentes, impulsionados pelas mobilizações populares, mas também pela necessidade mercadológica da reprodução da força de trabalho.

Em 1942, foi criado o Serviço de Assistência ao Menor – SAM. A referida lei foi criada com caráter emergencial e o um dos seus objetivos era alterar o Código de Menores, definindo o critério de periculosidade manifestado na personalidade do adolescente como determinante para a decisão de encaminhamentos ao juizado. Este órgão estava vinculado ao Ministério da Justiça, equiparado ao Sistema Penitenciário, ou seja, com acentuado indicativo da correção em prol da ordem social através de ações coercitivas e de controle.

Para Del Priore (2000) o SAM não foi criado para garantir os direitos da criança e do adolescente, mas sim para defender a sociedade capitalista, através da

[3] Essa contextualização histórica é dado retirado do Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) da Fundação Renascer construído no ano de 2015 e revisado no ano de 2022.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

09

"admoestação" dos filhos da população produtiva excluída da cobertura previdenciária, na perspectiva de alimentar o exército de reserva para o trabalho, sugerindo inclusive que a forma de atendimento oferecia maus tratos aos assistidos. Assim, posteriormente com o Golpe Militar de 1964, a perspectiva para assistência ao segmento infanto-juvenil foi novamente recomposta no contexto autoritário de uma ditadura militar que implantou a Política Nacional do Bem-Estar ao Menor – PNBEM.

A Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), criada em dezembro de 1964, traduz a problemática do "*menor*" como decorrente da desagregação da família, devido ao processo migratório para os centros urbano-industriais, onde estes migrantes, em sua grande maioria, encontravam-se desqualificados para o mercado de trabalho e consequentemente com dificuldades de absorção, ficando expostos ao subemprego e à mendicância, participando da cultura da pobreza e da violência, assim como do abandono das crianças pelos pais/responsáveis, que desta maneira ficam à mercê da vulnerabilidade, risco social e pessoal. Estas crianças e adolescentes, entendidas como "*menores*" pela forma como eram apresentadas socialmente diferentes daquelas advindas de famílias abastadas, tendem a vivenciar situações de marginalização e atitudes para sobrevivência com indicação para práticas de pequenos delitos, dada a situação de exclusão social, abando e carências múltiplas, transformando-se rapidamente em infratores. Para conter tal processo, criaram-se FEBEM's nos Estados, com o objetivo de recolher estas crianças e dar-lhes condições para se integrarem à sociedade, conforme aponta RIZZINI (2002).

Após a criação da política, foi criada a Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor –FUNABEM trazendo como objetivo corrigir as falhas observadas no SAM, já que a PNBEM subordinava às diretrizes, todas as entidades públicas e particulares que prestassem serviço à criança e ao adolescente. A FUNABEM seria financeiramente independente e incorporara a estrutura do SAM já existente nos estados, estes serviços incluíam do atendimento aos menores carentes e abandonados/órfãos aos menores infratores. Com a FUNABEM nasceram as Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM's).

A década de 1980 foi marcada pelas conquistas dos direitos sociais e a Constituição de 1988 veio consolidar a Constituição Cidadã. Para o segmento infanto-juvenil, a década de 80 também trouxe importantes conquistas. A Assembleia

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

Constituinte presidida por Ulysses Guimarães e composta por 559 congressistas com duração de 18 meses, organizou um grupo de trabalho que se comprometeu com a defesa dos direitos da criança e do adolescente. Este trabalho resultou na organização do artigo 227:

> É dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a consciência familiar e comunitária, além de colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência e opressão. (BRASIL, 1988, p. 113).

A partir da constituinte de 1988 os órgãos que passam a garantir a Segurança Pública são a Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros. Na maneira como se organiza a Segurança Pública inicia-se um movimento para se diferenciar as funções das polícias que compõem a Política de Segurança Pública. É neste momento que se inicia a perspectiva sobre a nova força policial.

A base para o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA estava lançada. A partir de então se iniciou a articulação em prol de uma lei que contribuísse decisivamente para exigibilidade dos direitos constitucionais aos direitos infanto-juvenis, o que resultou no Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/90. Em 13 de julho de 1990, foi sancionada a lei pelo então presidente Fernando Collor, extinguindo assim o Código de Menores.

O ECA trouxe diversas mudanças no que se refere ao eixo infância e adolescência no Brasil. Ele veio não apenas para promover a substituição do termo "menor" por criança e adolescente, mas também para compreender uma nova forma de olhar a infância e a juventude. Portanto, se observa uma transformação na condição sociojurídica e infanto-juvenil, colaborando substancialmente para a conversão de "menores" em "cidadãos-crianças" e "cidadãos-adolescentes".

Esta nova concepção consistia em reconhecer esta categoria como não adulta, como sujeitos de direitos e não como objetos de intervenção, como eram tratados até então, além de representar avanço nas esferas política e social para a infância à medida que no Estatuto se institui a ideia de Proteção Integral.

A política de Proteção Integral não se limita as práticas primitivas, nem tão pouco ao atendimento de "menores em situação irregular", mas refere-se à proteção

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

11

quanto aos direitos fundamentais da criança e do adolescente – direito ao desenvolvimento físico, intelectual, afetivo, social, cultural etc.

Antes a responsabilidade sob a criança e o adolescente era dever apenas da família e do Estado, a partir da constituinte, estende-se à sociedade civil, em zelar pelo cumprimento dos direitos desta categoria. Além de legitimar a criação de órgãos de deliberação e fiscalização no que concerne à garantia da proteção integral da criança e do adolescente, sob forma de controle social através dos conselhos de direito. Nessa perspectiva, Para Arantes o Estado traz a questão da cidadania para todas as crianças e adolescentes:

> Não se pode pensar em modelos de atendimentos, em medidas de proteção e em medidas socioeducativas que não tenham a guiá-las este imperativo. Tratar as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos, não lhes negar a humanidade e a dignidade, constituir com eles uma perspectiva de futuro: eis o único caminho, se queremos construir a paz social. (ARANTES, 1999, p. 260).

De acordo com o ECA, ainda, deve haver o compartilhamento da responsabilidade, no tocante ao desenvolvimento da política de atenção à criança e ao adolescente e de seu financiamento entre as três esferas do governo. Assim, a União, os Estados e os Municípios precisam se comprometer com as ações para a execução das medidas socioeducativas, questão essa, fundamental para execução das propostas estabelecidas pelo Estatuto.

A corresponsabilidade também se estende com relação aos direitos e deveres, onde é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, regulamentadas também as garantias de prioridades como primazia do atendimento nos serviços públicos, bem como a inserção de novos projetos na formulação e execução das políticas públicas.

O ECA traz um novo modelo de gestão, conteúdo e método, sobretudo em relação às medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes que cometeram atos infracionais, assim como traz o artigo 103 deste Estatuto "(...) a conduta descrita como crime ou contravenção penal". Considerando o adolescente infrator como uma categoria jurídica, no sentido de ser sujeito de direitos estabelecidos na doutrina da proteção integral.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

12

Passados mais de 27 anos de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente, que proporcionou inegáveis conquistas e avanços no campo dos direitos da infância e da juventude, permanecem ainda em aberto inúmeros desafios. Possivelmente, o principal deles esteja relacionado ao modelo organizacional e gerencial necessário para que os mecanismos e garantias, previstos em lei, tenham maior eficácia.

O Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas – SINASE foi criado em junho de 2006, em comemoração aos 16 anos da publicação do ECA, sendo apresentado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. O SINASE é fruto de uma construção coletiva envolvendo diversas áreas de governo, representantes de entidades e especialistas da área. Além, de uma série de debates protagonizadas por operadores do Sistema de Garantias de Direitos em encontros regionais que cobriram todo território nacional.

O SINASE (2006) é o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve, desde o processo de apuração de ato infracional, até a execução da medida socioeducativa, incluindo sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todas as políticas, planos e programas específicos de atenção aos adolescentes autores de atos infracionais.

É importante destacar que este Sistema constitui-se de uma política pública destinada à inclusão do adolescente em conflito com a lei, não sendo, portanto, uma política de governo, devendo-se pautar suas ações na natureza pedagógica da medida socioeducativa, tendo como prioridade em meio aberto, a prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, em detrimento das restritivas de liberdade, a semiliberdade e a internação em estabelecimento educacional, haja vista que estas devem ser aplicadas respeitando o caráter de excepcionalidade e brevidade.

Dentro desta ótica pode-se afirmar que o SINASE articula os três níveis de governo para o desenvolvimento dos programas de atendimento, levando em consideração a intersetorialidade e a corresponsabilidade da família, comunidade e Estado, tendo como objetivo principal fortalecer a atuação das medidas em meio aberto e a municipalização da execução dessas medidas. Vale destacar que esse

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

13

sistema estabelece ainda as competências e responsabilidades dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, que devem sempre fundamentar suas decisões em diagnósticos e diálogos direto como os demais integrantes do Sistema de Garantia de Direitos – SGD, tais como o Poder Judiciário e o Ministério Público.

Os órgãos deliberativos são articuladores da atuação das diferentes áreas da política social. Neste papel de articulador, a incompletude institucional é um princípio fundamental norteador de todo o direito da adolescência que deve permanecer a prática dos programas socioeducativos e das redes de serviços. Demanda a efetiva participação dos sistemas e políticas de educação, saúde, previdência social, assistência social, cultura, esporte, lazer, segurança pública, entre outras para efetivação da proteção integral de que são destinatários todos adolescentes (SINASE, p. 41. 2006).

Ainda dentro da lógica de funcionamento da rede é importante destacar o papel desempenhado pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e sua articulação com os órgãos gestores do SINASE, devem articular-se com os conselhos e órgãos responsáveis pelo controle, gestão, supervisão e avaliação dos demais sistemas e políticas sociais para o desenvolvimento de ações integradas e que levem em consideração as peculiaridades que cercam o atendimento aos adolescentes inseridos no SINASE.

A proposta pedagógica do SINASE tem como prioridade o adolescente sendo este o alvo das ações socioeducativas, as quais devem necessariamente contribuir para a formação voltada para a constituição de um ser cidadão autônomo e solidário, capaz de integrar-se socialmente no seio familiar e comunitário. Deve assegurar que o jovem não mais volte a cometer atos infracionais.

Os parâmetros norteadores da ação e gestão pedagógicas para as entidades e/ou programas de atendimento que executam a internação provisória e as medidas socioeducativas devem propiciar ao adolescente o acesso a direitos e às oportunidades de superação de sua situação de exclusão, de ressignificação da vida, bem como o acesso à formação de valores para a participação no convívio social, uma vez que as medidas socioeducativas possuem uma dimensão jurídico-sancionatória e uma dimensão substancial ético-pedagógica. Seu atendimento deve ser organizado observando o princípio da incompletude institucional. Assim, a inclusão

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

14

dos adolescentes pressupõe sua participação em diferentes programas e serviços sociais e públicos (SINASE, 2006).

Sendo assim, as diretrizes pedagógicas do atendimento socioeducativo das entidades ou programas, deverão orientar e fundamentar-se na prevalência da ação socioeducativa sobre os aspectos meramente sancionatórios, dando prioridade às ações sócio pedagógicas como um importante instrumento ordenador das ações e da gestão do atendimento a toda comunidade socioeducativa.

É imperioso pautar ainda, que a participação dos adolescentes na construção, no monitoramento e na avaliação destas ações, respeitando a singularidade, a presença educativa e exemplaridade deve ser valorizada e garantida, considerando a obliquidade pedagógica como condição necessária na ação socioeducativa.

Reconhecer como sendo de extrema importância a formação continuada dos atores sociais envolvidos no atendimento socioeducativo garantindo a capacitação e atualização continuada sobre a temática em discussão (criança e adolescência), sendo esta proposta promovida em todas as esferas de governo e pelos três poderes, em especial, as equipes dos programas de atendimento socioeducativo e demais órgãos que mantém interface com o SINASE. E ainda promover espaços de diálogo ampliado e coletivo a nível institucional e intersetorial para revisão de procedimentos e processos de trabalho tem importância fundamental para uma práxis socioeducativa atenta as transformações societárias com primazia na garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

15

1. DADOS INSTITUCIONAIS DA RENASCER

1.1 MISSÃO INSTITUCIONAL

Executar a Internação Provisória e Medidas de privação de liberdade e de semiliberdade com efetividade, eficiência e eficácia, garantindo aos adolescentes os direitos previstos em lei, contribuindo para o redirecionamento valorativo atitudinal e promovendo as condições necessárias para a sua reinserção social como protagonista de sua história.

1.2 COMPETÊNCIAS

I. Assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos dos(as) adolescentes em cumprimento da Internação Provisória, e de medidas socioeducativas de Internação e Semiliberdade na RENASCER, referente à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

II. Criar, desenvolver e manter programas para a execução do atendimento inicial, internação provisória e das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, adequados aos parâmetros socioeducativos preconizado pelo SINASE;

III. Garantir a execução do devido processo legal, utilizando-se de práticas restaurativas;

IV. Gerar e fornecer informações de programas de atendimento socioducativos desenvolvidos pela RENASCER, para o registro e tratamento de dados através do SIPIA/SINASE, visando o monitoramento e a avaliação da execução e cumprimento das medidas socioeducativas;

V. Promover capacitação e formação profissional continuada às equipes de atendimento, e demais profissionais necessários à consecução dos seus objetivos;

VI. Promover estudos e pesquisas sobre o atendimento incial, internação provisória, e a execução das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade,

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

16

bem como realizar análises sobre o adolescente em cumprimento destas medidas, de forma a subsidiar a formulação e execução de políticas públicas eficientes e eficazes;

VII. Promover cursos, congressos, seminários, palestras e outros eventos, dirigidas à sociedade em geral, que contribuam para a execução de medidas socioeducativas e à prevenção da prática do ato infracional;

VIII. Promover a articulação institucional entre órgãos e entidades públicas e privadas, visando a implantação e operacionalização de programas de qualificação profissional e de inserção no mercado formal ou informal de trabalho para os adolescentes atendidos pela RENASCER;

IX. Celebrar convênios, termo de cooperação técnica, acordos e contratos com órgãos e entidades públicas ou privadas, com vistas ao cumprimento de sua finalidade;

X. Desenvolver programas, projetos e ações destinados aos adolescentes egressos do atendimento ancial, internação provisória e medidas socioeducativas de internação, de semibilidade;

XI. Articular medidas preventivas e estratégias de ação frente as políticas públicas do Estado e Municípios, para o fortalecimento socioeconômico das famílias dos adolescentes assistidos pela RENASCER;

XII. Executar as atividades que forem determinadas pela Secretaria de Estado a qual está vinculada, visando atender as diretrizes traçadas pelo Governo do Estado, nas áreas de sua competência.

1.3 INFRAESTRUTURA

1.3.1 ESTRUTURA FÍSICA

➢ **SEDE ADMINISTRATIVA** – Rua Dr. GARCIA Moreno, S/N Bairro Médici I

SETORES ADMINISTRATIVOS – Composto por três diretorias – PRESIDÊNCIA, ADMINISTRATIVA-FINANEIRA E OPERACIONAL, que atuam diretamente no atendimento as demandas oriundas das unidades de atendimento.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

17

NÚCLEO ESTADUAL DA ESCOLA DO SINASE – NESS que atua na formação de profissionais em consonância com a Escola Nacional para a Socioeducação no estado de Sergipe tanto em meio aberto quanto de privação e restrição de liberdade

UNIDADE FEMININA – Unidade responsável pela execução das medidas privativas e restritivas de liberdade, bem como internação provisória para adolescentes do sexo feminino;

CASE I - Unidade responsável pela execução das medidas restritivas de liberdade para adolescentes do sexo masculino, com perfil previamente determinado como reincidente na medida;

CEMEC – Serviço fechado de acolhimento e atendimento de 5 adultos sem referência familiar e sem Casa de atendimento específico;

- **COMPLEXO SOCIOEDUCATIVO** – Av. Tancredo Neves, Bairro Capucho.

USIP - Unidade responsável pela execução da medida de Internação provisória para adolescentes do sexo masculino;

- **UNIDADE CASTELO BRANCO** – Rua do Acre, Numero Conjunto castelo Branco.

CASE II- Unidade responsável pela execução das medidas restritivas de liberdade para adolescentes do sexo masculino, com perfil previamente determinado como reincidente na medida;

- **COMUNIDADE DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO MASCULINA – CASEM**- Av. Perimetral B.S/N. Complexo Taiçoca, Conjunto Marcos Freire II. Nossa Senhora do Socorro - SE. Unidade responsável pela execução das medidas privativas de liberdade, para adolescentes do sexo masculino.

1.3.2 COMPOSIÇÃO DE PESSOAL

O quadro de pessoal da Renascer é composto por servidores:

a. Servidores efetivos Estatutários da Renascer

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

b. Servidores cedidos de outros órgãos;

c. Servidores temporários – contratados através de Processo Seletivo Simplificado – PSS;

d. Servidores de outros órgãos sem vínculos empregatícios com a Renascer – Secretaria de Educação;

e. Empregados terceirizados

1.4 AÇÃO SOCIOEDUCATIVA

A ação socioeducativa da Renascer apoia e se estabelece em ações e procedimentos que potencializam as transformações de atitudes e comportamentos, mentalidades e valores sociais, garantindo o acesso dos adolescentes a escolarização, a saúde, a profissionalização e aos valores culturais e sociais, desenvolvendo um processo educativo fundamentado na humanização.

Para a execução das ações no âmbito do trabalho socioeducativo, ou em qualquer atuação que implique uma prática educativa, se faz necessário reflexão e adoção de referenciais teóricos. Não há como agir sem entender qual a visão de mundo e de homem que orienta o trabalho, bem como quais são as reflexões teóricas e metodológicas utilizadas para alcançar os objetivos finalísticos.

Sendo assim, as diretrizes pedagógicas do atendimento socioeducativo das entidades ou programas, não deverão orientar-se e fundamentar-se na prevalência da sancionatória, sobre as ações pedagógicas, ou seja, devem ser prioridades às ações sócias pedagógicas.

O pedagógico consiste num importante instrumento ordenador das ações e gestão de atendimento socioeducativo, sendo também imprescindível a participação dos adolescentes na construção, no monitoramento e na avaliação destas ações, respeitando a singularidade do sujeito, a presença educativa e exemplaridade, como condições imperativas na ação socioeducativa.

As fases que compõe o período de acompanhamento do cumprimento da medida socioeducativa nas Unidades e/ou programas de atendimento socioeducativo da Fundação Renascer, estão distribuídas em recepção, acolhimento e integração.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

19

Essas fases representam os diferentes momentos pelos quais o adolescente irá passar no período do cumprimento da medida socioeducativa.

Um ponto a se destacar, é a diferenciação entre a superação ou não das fases no programa de atendimento. A medida socioeducativa de internação pode durar entre 06 meses e 03 anos, permitindo o desenvolvimento de todas as fases; já o programa de internação provisória, que pode ser cumprida no período máximo de 45 dias, apenas possibilita o desenvolvimento das fases iniciais.

Durante todo esse processo, o protagonista deve ser o adolescente, que indicará em sua história de vida, sua disponibilidade e possibilidades, apontando até onde poderá ir, a partir do reconhecimento dos seus limites e potencialidades.

Contudo, há de se destacar que o desenvolvimento dessas fases está intimamente relacionado à dinâmica de funcionamento das unidades e/ou programas de atendimento e às normas e procedimentos já pré-estabelecidos. Os profissionais que trabalham nessas unidades devem, portanto, ter o domínio e o conhecimento deles, de modo a adaptar, harmonicamente, as especificidades de cada caso com a manutenção da ordem e do respeito às normas de funcionamento da instituição.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

20

CADERNOS DE ORIENTAÇÕES PARA EXECUÇÃO DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

A Lei 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente criou no Brasil um sistema de controle judicial que lida com o dolo juvenil, baseado na responsabilização socioeducativa dos jovens entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade, denominado como ato infracional, onde o adolescente autor de ato infracional será responsabilizado mediante um devido processo legal, que poderá estabelecer sanções, sob a forma de medidas socioeducativas, cuja aplicação deverá levar em conta a sua peculiar situação da pessoa em formação e desenvolvimento físico, social e psicológico.

É incontestável, que as medidas socioeducativas descritas no ECA e reafirmada no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, se constituem numa resposta social destinada ao adolescente que cometeu ato infracional, em que sua aplicação deve prevalecer o caráter sócio pedagógico, não visando meramente a retribuição ou punição pelo ato cometido, mas sim a reinserção social.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

21

O propósito da medida socioeducativa deve ser possibilitar ao adolescente um despertar para sua a responsabilidade social, proporcionando-lhe um novo projeto de vida que possibilite uma nova percepção da sua realidade, para além da lei do mais forte e da violência como resposta ao interdito, através de sua reinserção social, familiar e comunitária, que lhe garante a alimentação, educação, saúde, cultura, lazer, profissão, aliados à realização de atitudes e ações beneficiárias do Estado, sociedade e família em proveito da transformação da realidade do infrator.

Os cadernos de orientações aqui apresentados, seguem os preceitos estabelecidos no ECA e no SINASE, além de considerar e ter como norte as determinações específicas das áreas pedagógicas, da Psicologia, do Serviço Social, do Direito e demais categorias profissionais, e ainda, sobre questões referentes à procedimentos de saúde e de segurança com padrão nacional, a exemplo das legislações[4] específicas para o atendimento da saúde integral dos adolescentes em regime de privação e restrição de liberdade.

De acordo com o **Projeto Político Pedagógico Institucional Fundação Renascer** - PPPI (2016), o **Estatuto da Criança e do Adolescente** (ECA), quando trata da natureza da medida socioeducativa a ser aplicada ao adolescente, tem como norte, o respeito à capacidade do adolescente de cumprir a Medida; às circunstâncias; à gravidade da infração e às necessidades pedagógicas do adolescente na escolha da medida, com preferência pelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários – artigos 100, 112, § 1º, e 112, § 3º, do ECA.

Ao adolescente, a submissão a uma medida socioeducativa, para além de uma mera responsabilização, deve ser fundamentada não só no ato a ele atribuído, mas também no respeito a equidade, considerando as necessidades sociais, psicológicas e pedagógicas do adolescente na construção do seu projeto de vida. O objetivo da medida é possibilitar a inclusão social de modo mais célere possível e, principalmente, o seu pleno desenvolvimento como pessoa. (SINASE, 2006, apud PPPI, 2016).

Cada medida socioeducativa aplicada ao adolescente, tem características e especificidades que trataremos a seguir, a começar pela Medida Cautelar

[4] Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e PNAISARI: Portarias Nº 1.082 e 1.083 de 23 de maio de 2014.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

22

estabelecida na **Internação Provisória – C1, seguida da medida socioeducativa de Semiliberdade – C2 e a medida de Internação C3.**

Portanto, este caderno objetiva normatizar, organizar e orientar as ações das unidades de atendimento socioeducativo do Estado de Sergipe das medidas de Internação e Semiliberdade, além de prever procedimentos para a Internação Provisória, respeitando as devidas particularidades, todavia com a declaração de normas e rotinas que fortalecerão a ação socioeducativa e evitarão distorções acerca da sua operacionalidade.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

23

CADERNO DE ORIENTAÇÕES PARA EXECUÇÃO DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM UNIDADES DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA ESTADO SERGIPE

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

24

I – INTRODUÇÃO

As medidas socioeducativas estabelecidas pelo ECA – Estatuto da criança e do adolescente, reúnem um conjunto ordenado de direitos e deveres no que concerne à prática do ato infracional, podendo ser aplicada pelo órgão competente ao adolescente de forma progressiva, desde a advertência até medida privativa de liberdade.

A Fundação Renascer do Estado de Sergipe, é a instituição estadual competente e responsável pela execução das medidas socioeducativas masculina e feminina restritivas de liberdade - semiliberdade, privativas de liberdade – Internação e pela medida cautelar - internação provisória.

A Internação Provisória, apesar de se assemelhar no nome à medida da internação, é bem distinta, vez que se refere a uma medida cautelar do que a uma medida socioeducativa propriamente dita (ILANUD, 2004 apud PPPI, 2016). Trata-se de uma modalidade de internação, antes da sentença judicial, determinada pelo Juiz competente ou decorrente da apreensão policial pós-fuga da unidade até o prazo máximo de 24 horas, cuja previsão máxima para apuração dos fatos está prevista para até 45 dias da privação.

Em todo país, existem críticas ao uso indiscriminado da internação provisória pelo fato de que, muitas vezes, ela fere o princípio do melhor interesse do adolescente, pois prejudica seus estudos e interrompe a sua profissionalização (SPOSATO, 2006; SARAIVA, 2006, apud PPPI, 2016) Neste interim, a Constituição Federal brasileira e o ECA entendem que a melhor forma de atendimento aos adolescentes dar-se-ão a um conjunto articulado de ações em rede que mobilize os diversos atores sociais e institucionais, tanto do setor público como do setor privado (ILANUD, 2004).

A incompletude institucional evidencia a doutrina da proteção integral do ECA e do Sistema de Garantia de Direitos, limitando a privação da liberdade, a segregação e a assistência totalizante e articulada de modo intersetorial. Para efetivação e garantia dos direitos aos adolescentes que cumprem medida cautelar de privação de liberdade, faz-se mister reunir e operacionalizar processos de trabalho que possibilitem o atendimento de forma intencional, qualitativa e articulada, fomentando o protagonismo desse adolescente enquanto sujeito de direito e de sua história.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

Ademais, observando o universo da medida sempre pela ótica da incompletude institucional, apresentamos este Caderno de Orientações para Execução do Atendimento Socioeducativo que deverá ser adotado no fazer profissional no âmbito de atuação da Medida Cautelar Provisória, operacionalizadas pela Renascer.

II – PREMISSAS DO ACOMPANHAMENTO AO ADOLESCENTE

Os procedimentos elencados neste item compõem as práticas primárias e iniciais de todo atendimento socioeducativo. Apesar de não serem superiores aos demais processos descritos neste caderno, é essencial que a comunidade socioeducativa compreenda que o Plano Individual de atendimento – PIA, a utilização do SIPIA/SINASEweb e a abordagem individual ao adolescente e família são práticas operativas centrais das equipes de atendimento, são pilares essenciais para as proposituras de (re) construção do projeto de vida do adolescente.

2.1 Plano Individual de Atendimento (PIA)

DESCRIÇÃO: A elaboração do PIA, constitui-se numa importante ferramenta para o acompanhamento da evolução pessoal e social do adolescente e na conquista de metas e compromissos pactuados com ele e sua família durante o cumprimento da medida. O PIA deve ser redigido detalhadamente, evidenciando as metas a serem alcançadas e o compromisso de todos os atores envolvidos nesse processo para a viabilização do plano, e deve ser elaborado no prazo de até quarenta e cinco (45) dias da data do ingresso do adolescente na unidade, independente de solicitação judicial. Este documento deve ser enviado ao Juizado da Infância e Juventude para homologação e acompanhamento da execução da medida socioeducativa, para que na ocasião do relatório avaliativo, o Juízo de Direito esteja ciente do desenvolvimento do processo socioeducativo, obtendo elementos substanciais para proferir sua decisão. O acesso ao Plano é restrito ao diretor da unidade, à equipe técnica referenciada, ao adolescente e seus pais ou responsáveis, ao Ministério Público e ao Defensor Público, exceto expressa autorização judicial para outrem. A responsabilidade pela elaboração e encaminhamento do PIA ao Juízo, no entanto, é da equipe técnica da unidade, via direção geral. O seu preenchimento deverá ser realizado[14] prioritariamente no sistema **SIPIA SINASE/*Web***.
PÚBLICO ALVO: Adolescente em cumprimento de medida socioeducativa e família.
RESPONSÁVEL: Equipe técnica de referência do adolescente.

2.2 UTILIZAÇÃO DO SIPIA/SINASE *WEB*

[14] Mediante a impossibilidade do uso do Sistema SIPIA/SINASE Web, a equipe deverá utilizar a Ficha do PIA em modo físico (*off line*) afim de garantir o direito ao adolescente de ter seu Plano encaminhado no prazo determinado.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

26

DESCRIÇÃO: O SIPIA/Sinase é um sistema de informações composto por telas, que deverão ser incluídas e alimentadas pelos servidores capacitados e cadastrados. São elas:

- **CADASTRO DO ADOLESCENTE**: Esta tela pode ser visualizada por todos os estados que utilizam o sistema e contém dados básicos do adolescente.
- **ATENDIMENTO INICIAL/INTERNAÇÃO PROVISÓRIA**: Refere-se ao acolhimento do adolescente. Nela é possível inserir dados mais detalhados da vida do socioeducando. As informações primárias, geradas nas Unidades de Atendimento de Internação e Semiliberdade, nomeia-se de ACOLHIMENTO. Nas unidades de Internação Provisória, as informações inseridas serão utilizadas como base dos dados para o registro estatístico, e por isso, seu preenchimento correto e completo é imprescindível.
- **ATENDIMENTO DE MEDIDA**: Utilizada para registrar os dados sobre a medida socioeducativa, vinculando o adolescente à medida e à unidade.
- **REGISTRO DE ACOMPANHAMENTO TÉCNICO INTERDISCIPLINAR:** Conhecido por EVOLUÇÃO, refere-se aos registros diários dos adolescentes.
- **PIA:** Instrumental do Plano de Individual de Atendimento. Constitui-se em uma importante ferramenta no acompanhamento da evolução pessoal e social do adolescente, como também, na conquista de metas e compromissos pactuados com ele e sua família durante o cumprimento da medida socioeducativa.

OBSERVAÇÃO 1: Todas as fichas presentes no sistema, deverão ser utilizadas no modo *off line* quando da impossibilidade do uso da rede de Internet; as fichas preenchidas deverão ser encaminhadas junto com prontuário do adolescente para a unidade de destino no caso de progressão ou regressão de medida socioeducativa, cabendo ao técnico realizar o desligamento do adolescente e encaminhar as informações necessárias para o Administrador Estadual (ADE) realizar a transferência de unidade.

OBSERVAÇÃO 2: O preenchimento e inserção dos dados no sistema, presentes nas fichas, é de responsabilidade da equipe técnica de referência do adolescente, coletando as informações do acompanhamento de modo articulado com os demais profissionais que compõe o atendimento socioeducativo.

PÚBLICO ALVO: Adolescentes.

RESPONSÁVEL: Equipe técnica e/ou servidores cadastrados.

2.3 ABORDAGEM INDIVIDUAL AO ADOLESCENTE E A FAMÍLIA/RESPONSÁVEL

DESCRIÇÃO: Todo e qualquer contato com o adolescente e/ou familiar que possibilite orientação, repasse e/ou coleta de informações para que os setores responsáveis tenham ciência e sejam tomadas providências cabíveis. Faz-se necessário que toda e qualquer informação seja compartilhada na perspectiva de atentar-se às demandas e situações elencadas, respeitando as especificidades e ética profissional.

PÚBLICO ALVO: Adolescentes e familiares/responsáveis.

RESPONSÁVEL: Todos os profissionais da unidade de atendimento.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

27

III - ROTINAS DA INTERNAÇÃO PROVISÓRIA

3.1 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL AO ADOLESCENTE

3.1.1 ADMINISTRATIVO

DESCRIÇÃO: Recepcionar o adolescente, bem como a autoridade que o acompanhe, como também, verificar a documentação necessária indispensável para ingressar na unidade: Ofício, Guia de Execução Definitiva de Medida Socioeducativa do CNJ, Relatório de Constatação de Lesões emitido pelo Instituto Médico Legal (IML) e Documento de Identificação Pessoal (Certidão de Nascimento e/ou Registro Geral). Após a confirmação processual, a documentação original ou cópia do adolescente deverá ser encaminhada ao setor técnico. O socioeducando, após receber um *kit* composto por uniforme, sandália, colchão, roupas de cama e objetos de higiene pessoal, deverá ser informado sobre os procedimentos relativos à segurança da unidade.
PÚBLICO-ALVO: Adolescentes oriundos da Unidade de Internação Provisória, da Internação, Delegacia Especializada de Proteção ao Menor (DEPCA) e outras delegacias, 17ª Vara e Comarcas do interior do Estado.
RESPONSÁVEL: Equipe administrativa.

3.1.2 TÉCNICO

DESCRIÇÃO: Acolher o adolescente a fim de orientá-lo acerca do funcionamento (rotina), normas e procedimentos da Unidade, apresentar para dar ciência da legislação pertinente, bem como as prerrogativas sobre os direitos e deveres durante o cumprimento de medida. Vale ressaltar que durante a primeira entrevista individual, o diferencial da escuta qualificada deve prevalecer. Faz-se necessário verificar a situação da documentação civil do adolescente para fins de encaminhamentos às políticas setoriais. Inicia-se então, o preenchimento da **Ficha de Atendimento Inicial**, presente no sistema SIPIA/SINASE *Web*. Em seguida, o profissional encaminhará o adolescente para a avaliação admissional na Unidade de Saúde de Medidas Socioeducativas da Fundação Renascer, por meio de preenchimento da **Ficha de Referência e de Contra Referência**. Ademais, deverá informar à família e/ou ao Conselho Tutelar sobre a admissão do adolescente, caso estes não tenham conhecimento ou não estejam no momento do ingresso do adolescente na unidade.
PÚBLICO-ALVO: Adolescentes em cumprimento de internação provisória
RESPONSÁVEL: Equipe técnica de referência.

3.1.3 SAÚDE

DESCRIÇÃO: Receber demanda de acompanhamento de adolescente da equipe técnica da unidade de origem e realizar o atendimento inicial de saúde no prazo máximo de cinco (5) dias a partir do acolhimento inicial. O procedimento tem o objetivo de i) conhecer o histórico de saúde; ii) identificar demandas para promoção, prevenção e tratamento de saúde; e iii) obter informações referentes às condições físicas do adolescente (*e.g.:* peso, altura, pressão arterial). De posse dessas informações será possível avaliar as necessidades de inserção nas agendas específicas do acompanhamento de saúde, além de fundamentar os encaminhamentos à rede do Sistema Único de Saúde (SUS) para realização de

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

exames e atendimento às especialidades clínicas, bem como também garantir a realização de testes rápidos para investigação de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST/AIDS)[15]. Realizar a abertura do prontuário de saúde do adolescente para registro individualizado e remeter a **Ficha de Referência e de Contrarreferência** para a unidade de origem.
PÚBLICO-ALVO: Adolescentes em cumprimento de internação provisória
RESPONSÁVEL: Equipe de Saúde das Medidas Socioeducativas da Fundação Renascer.

3.1.4 SEGURANÇA

DESCRIÇÃO: Após admitido pelo administrativo, a equipe de segurança socioeducativa deverá realizar o procedimento de revista pessoal do adolescente admitido, preencher a Ficha Cadastro de Segurança e identificar o perfil do adolescente para alocação no alojamento mais adequado, conforme as prerrogativas do SINASE quanto idade e compleição física, analisando a situação de risco e da natureza do ato infracional. O adolescente recém-admitido deverá ser informado sobre os procedimentos, normas de convivência e de segurança institucional. Uma cópia da Ficha Cadastro de Segurança deverá ser encaminhada para a equipe técnica imediatamente para avaliação pertinente o caso.
PÚBLICO-ALVO: Adolescentes em cumprimento internação provisória.
RESPONSÁVEL: Coordenadores, supervisores e equipe de segurança.

3.2 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL À FAMÍLIA

3.2.1 ADMINISTRATIVO

DESCRIÇÃO: Recepcionar a família do adolescente. Informar sobre o funcionamento institucional, além de providenciar o encaminhamento para as equipes responsáveis.
PÚBLICO ALVO: Familiares e responsáveis pelo adolescente
RESPONSÁVEL: Equipe administrativa.

3.2.2 TÉCNICO

DESCRIÇÃO: Acolher e orientar a família acerca do funcionamento (rotina), procedimentos da unidade, apresentar, para dar ciência, a legislação pertinente, bem como as prerrogativas sobre os direitos e deveres enquanto responsável legal do adolescente. Deve-se realizar entrevista individual para complementar as informações do preenchimento dos instrumentais institucionais e os presentes no sistema SIPIA/SINASE *Web*. Orientar quanto a situação processual no que lhes couber e solicitar a documentação necessária ao cumprimento da medida (Certidão de Nascimento, RG, CPF, Cartão SUS, Cartão Vacina, CTPS, Declaração/transferência Escolar, Título e Reservista quando couber). Analisar brevemente o contexto familiar para cadastrar e autorizar a entrada de visitantes, e orientar os familiares sobre normas e procedimentos de visita.
PÚBLICO ALVO: Familiares e responsáveis.
RESPONSÁVEL: Equipe técnica: assistente social, psicólogo(a), pedagogo(a) e advogado(a).

[15] Procedimento realizado por profissional de saúde habilitado pela SMS.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

29

3.2.3 SAÚDE

DESCRIÇÃO: Realizar atendimento inicial à família do(a) adolescente, na perspectiva de identificar demandas de acordo com o histórico de saúde familiar. Registrar atendimento no prontuário de saúde do adolescente, Livro de Ocorrência da Saúde, e, ainda, contrarreferenciar a unidade de origem, por meio da **Ficha de Referência e Contrarreferência (FRC)**. Na ausência dos profissionais de saúde, os membros da equipe técnica deverão realizá-lo e informar através da FRC à equipe de saúde.
PÚBLICO ALVO: Familiares e responsáveis.
RESPONSÁVEL: Equipe de saúde: enfermeiro(a), auxiliar/técnico de enfermagem, médico(a), assistente social, psicólogo(a).

3.2.4 SEGURANÇA

DESCRIÇÃO: Recepcionar o familiar e/ou responsável verificando a vinculação com o adolescente; encaminhar para a equipe técnica e em caso de contato com o adolescente deverá ser realizada a revista pessoal e dos pertences. Caso seja encontrado material ilício a equipe deverá comunicar às autoridades competentes (delegacia) como previsto no Regimento Interno. Além disso, informar sobre procedimentos de segurança e normas de convivência institucional. Registrar no Livro de Ocorrência da Segurança.
PÚBLICO ALVO: Familiares e/ou responsáveis.
RESPONSÁVEL: Coordenadores, supervisores e equipe de segurança.

IV - ATENDIMENTO

4.1 ATENDIMENTO INDIVIDUAL AO ADOLESCENTE

4.1.1 ADMINISTRATIVO

DESCRIÇÃO: Atender o adolescente quanto ao suprimento de material. Preparar a logística para as audiências virtuais, e ainda, em casos excepcionais quando não tiver membro da equipe técnica na unidade, acolher a demanda do adolescente e imediatamente encaminhar às equipes responsáveis. Informar à equipe diretiva sobre a situação processual do adolescente (data, ordem de audiências etc.)
PÚBLICO ALVO: Adolescente.
RESPONSÁVEL: Equipe administrativa.

4.1.2 TÉCNICO

DESCRIÇÃO: Realizar escuta qualificada do adolescente, da sua história de vida e de seus projetos pessoais, bem como acompanhar o adolescente durante o período de cumprimento da medida socioeducativa, fomentando o desenvolvimento biopsicossocial. Estimular a reflexão sobre o cometimento do ato infracional e suas consequências; a leitura crítica e autônoma de si mesmo e do mundo a sua volta e a ressignificação de valores morais e éticos, incentivando-o a enfrentar dificuldades e a resolver situações-problema com vistas a reconstrução do seu projeto de vida. Regularizar a documentação do adolescente visando garantir seus direitos civis durante o cumprimento da medida. Utilizar a técnica de escuta qualificada, entrevista

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

30

dialogada e aplicação de instrumentais específicos para o processo socioeducativo, respeitando as particularidades de cada área de atuação, bem como as capacidades cognitivas do adolescente. Inserir e acompanhar os adolescentes na oferta de atividades presentes na rotina da unidade, atrelando ao Plano Individual de Atendimento a partir das habilidades, aptidões e interesses apresentados pelo adolescente, dentre elas: Ensino regular em articulação com a rede, profissionalização, oficinas pedagógicas, datas comemorativas, entre outras. Durante esse processo dar-se-á a construção dos documentos avaliativos de cada adolescente e, o Relatório Situacional, quando solicitado. No que se refere ao prazo de regularidade para realização de atendimento individual deve-se considerar o máximo de 15 dias entre os atendimentos individualizados, considerando também, a solicitação do adolescente ou por encaminhamento de profissional de outras áreas.
PÚBLICO ALVO: Adolescentes.
RESPONSÁVEL: Equipe técnica:

4.1.3 SAÚDE

DESCRIÇÃO: Realizar o atendimento, acompanhamento e monitoramento da saúde integral do(a) adolescente por intermédio das demandas encaminhadas pela equipe técnica de referência ou pela demanda espontânea colhida no ato da visita diária ou atendimento do adolescente, possibilitando garantir o seu desenvolvimento biopsicossocial por meio de ações de promoção de saúde, práticas educativas e assistência à saúde. Deverá ser realizado registro em tempo hábil no prontuário de saúde do adolescente, a fim de preservar as informações e socializar com a equipe, bem como deverá ser emitida **Ficha de Referência e Contrarreferência**, além de registrar no Livro de Ocorrência. As ações de promoção, prevenção e tratamento são: 1. Acompanhamento do desenvolvimento físico e psicossocial; 2. Imunização; 3. Saúde sexual e reprodutiva; 4. Saúde bucal; 5. Saúde mental; 6. Controle de agravos; 7. Assistência à vítima de violência; 8. Internamento provisório do(a) adolescentes pós alta hospitalar[16]. O atendimento prestado deverá observar as legislações pertinentes, bem como os níveis de acesso através das redes de atenção (básica, média e alta complexidade), devendo ser encaminhados aos serviços da rede de saúde de acordo com a avaliação/necessidade identificada pelos profissionais.
PÚBLICO ALVO: Adolescente.
RESPONSÁVEL: Equipe de saúde, Equipe Técnica da Unidade de Atendimento Socioeducativo, Equipe de Segurança.

4.1.4 SEGURANÇA

DESCRIÇÃO: Entende-se este atendimento como a abordagem e orientação na convivência da comunidade socioeducativa e no desenvolvimento da rotina institucional, considerando as particularidades de cada indivíduo, bem como a ética profissional no que tange aos aspectos que se desdobram desde o sigilo das informações coletadas até o compartilhamento a quem interessar. Atender o adolescente em questões relativas à segurança no tocante a garantia da conivência

[16] Possibilitar acompanhamento do (a) adolescente em situação de alta hospitalar após realização de procedimentos cirúrgicos, ou ainda quando a complexidade no agravo do tratamento de saúde necessitar.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

31

pacífica e de sensação de segurança nas dependências das unidades, primando pelo cumprimento de procedimentos já estabelecidos, a exemplo de revista e transferências de alojamentos. Quando identificadas situações internas que comprometam a integridade física do adolescente a esquipe de segurança deverá realizar imediatamente separação dos envolvidos. Em casos excepcionais quando não tiver membro da equipe técnica na unidade, acolher demanda do adolescente e encaminhar às equipes responsáveis.

PÚBLICO ALVO: Adolescente.

RESPONSÁVEL: Coordenadores, supervisores e equipe de segurança.

4.1.5 REPRESENTANTES DO SISTEMA DE GARANTIAS DE DIREITO

DESCRIÇÃO: Possibilitar ao adolescente o atendimento pelos representantes dos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, mediante apresentação de documentação comprobatória, conforme procedimentos de segurança, garantindo a integridade do adolescente previsto pelo ECA. Os órgãos que poderão realizar o atendimento por meio de representantes são:

- 17ª Vara Cível (NUTEC, NUAP e Oficiais de Justiça/Executores de Mandados), representantes das Comarcas dos municípios do interior do Estado;
- Ministério Público;
- Defensoria Pública;
- Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
- Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ);
- Corregedoria do Poder Judiciário do Estado;
- Advocacia Geral da União;
- Advogado processualmente constituído pela família e/ou responsável legal do adolescente, devidamente identificado e apresentando documento comprobatório quanto a representação;
- A Polícia Civil, devidamente identificada e documento oficial para realizar oitiva do adolescente, acompanhando por um profissional da unidade, quando da realização de procedimento investigativo;
- Os Conselhos de Direito: Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar e representantes dos Conselhos de Direitos Humanos em todas as suas esferas e conselhos setoriais de formulação e controle de políticas públicas.

Para tanto:

- A equipe de segurança deverá realizar a condução do adolescente ao atendimento, obedecendo às normas de segurança previstas na realização do atendimento, e mantendo-se presente na realização destes.
- A equipe diretiva/administrativa da Unidade deverá recepcionar, conferir documentação e orientar sobre procedimentos internos.
- A Equipe Técnica da Unidade deverá ser comunicada sobre o atendimento, a fim de registrar procedimento no prontuário do adolescente. Esta poderá se fazer presente quando avaliar ser pertinente durante o atendimento.

OBSERVAÇÃO: O atendimento deverá ser realizado de forma a respeitar as informações prestadas pelos presentes, em ambiente seguro e que possibilite o sigilo

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

32

e proteção do adolescente em privação de liberdade ou/em cumprimento de medida socioeducativa. Cabe ressaltar que os órgãos de defesa de direito têm habilitação para avistar-se individualmente com o adolescente e, para tanto, as questões relativas à segurança das partes devem ser criteriosamente observadas.
PÚBLICO ALVO: Comunidade socioeducativa.
RESPONSÁVEL: Equipe diretiva.

4.2 ATENDIMENTO INDIVIDUAL À FAMÍLIA

4.2.1 ADMINISTRATIVO:

DESCRIÇÃO: Atender o familiar ou responsável pelo adolescente, a fim de identificar as demandas apresentadas e encaminhar aos setores competentes, bem como prestar informações sobre procedimentos administrativos da unidade.
PÚBLICO ALVO: Familiares e/ou responsáveis.
RESPONSÁVEL: Equipe Administrativa.

4.2.2 TÉCNICO

DESCRIÇÃO: Acompanhar, orientar e apresentar a família durante o período de cumprimento de medida sobre as possíveis decisões judiciais, seja para o cumprimento de medidas socioeducativas previstas no ECA ou para a reinserção familiar. Deve-se utilizar a escuta, observação, reflexão e aplicação dos instrumentais específicos.
PÚBLICO ALVO: Familiares e/ou responsáveis.
RESPONSÁVEL: Equipe técnica – assistente social, psicólogo(a), pedagogo(a) e advogado(a).

4.2.3 SAÚDE

DESCRIÇÃO: Realizar atendimento à família do(a) adolescente quando encaminhada pela equipe técnica de origem, na perspectiva de identificar demandas de acordo com a história de saúde do indivíduo. Bem como, informar sobre a condição de saúde e os procedimentos realizados ao adolescente enquanto estiver no cumprimento da medida.
PÚBLICO ALVO: Familiares e responsáveis.
RESPONSÁVEL: Equipe de saúde

4.2.4 SEGURANÇA

DESCRIÇÃO: Atender a família sobre questões relativas à segurança no tocante à garantia da conivência pacífica e de sensação de segurança nas dependências das unidades, primando pelo cumprimento de procedimentos de segurança já estabelecidos, a exemplo de revista e transferências de alojamentos, resguardado pelo sigilo profissional. Em casos excepcionais quando não tiver membro da equipe técnica na unidade, acolher demanda da família e imediatamente encaminhar às equipes responsáveis.
PÚBLICO ALVO: Familiares e/ou responsáveis
RESPONSÁVEL: Coordenadores, supervisores e equipe de segurança.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

V - ATIVIDADES COLETIVAS

O trabalho socioeducativo tem por princípio a convivência comunitária e todas as vicissitudes que as relações interpessoais propiciam. Em diferentes aspectos, as atividades coletivas promovem o desenvolvimento de habilidades e possibilitam espaços de reflexão e aprendizagem. Nesse contexto, estão inseridas ações com adolescentes, familiares e trabalhadores que atuam no contexto da socioeducação.

É válido ressaltar a importância da equipe de segurança em todos os processos do atendimento socioeducativo, e inclusive nas atividades de abordagem coletiva, na perspectiva de promover ambiente harmonioso, condições favoráveis e de segurança para todos os envolvidos.

O sucesso de todas e quaisquer atividades coletivas, sejam elas entre os adolescentes/adolescentes, adolescentes/familiares ou adolescentes/público deverão ser envoltas pelo cumprimento integral das rotinas de segurança pré-estabelecidas a exemplo de: segurança para a realização da atividade, da análise do espaço físico, do planejamento e composição da equipe de acompanhamento às atividades, do modelo de condução aos espaços, da realização de revistas pessoais do adolescente e/ou familiares quando necessário, estando atento ao comportamento das partes, dentre outros. Ao iniciar e finalizar a atividade é OBRIGATÓRIA a revista pessoal do adolescente, com vistas a garantir a não entrada de materiais para o interior da unidade e em seguida a recondução para o local ensejado.

5.1 GRUPOS DE TRABALHO E OFICINAS TEMÁTICAS COM ADOLESCENTES

DESCRIÇÃO: Promover atividades grupais na perspectiva de possibilitar ao indivíduo, de forma dialética, reconhecer sua identidade como individual e social e, portanto, ampliar possibilidades de apreender as dimensões individuais e coletivas que participam de forma indissociável das suas condições de vida objetivas e subjetivas, por meio de temáticas transversais que envolvam o contexto da adolescência. Ademais, estimular reflexão sobre os princípios básicos de convivência social e incentivá-los a desenvolver a capacidade de tomada de decisão, além de servir como espaço para que possam compartilhar sentimentos, ideias e opiniões. A metodologia utilizada para as atividades coletivas podem ser: Grupos de Trabalho, Grupos Terapêuticos, Grupos de Aprendizagem, Grupos de Educação e Prevenção em Saúde, Oficinas Temáticas, Oficinas Pedagógicas e Culturais.

PÚBLICO ALVO: Adolescentes.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

34

RESPONSÁVEL: Equipe técnica, professores, oficineiros (as), equipe de saúde e equipe de segurança.

5.2 ATIVIDADES CULTURAIS, DE ESPORTE E LAZER

DESCRIÇÃO: As atividades culturais, esportivas e de lazer fundamentais ao desenvolvimento de habilidades físicas e intelectuais, estão asseguradas em lei por meio do Art. 124 do ECA. Entende-se por atividades culturais: oficinas, encontros, *workshops*, datas comemorativas, atividades grupais e afins; por atividades de esporte: atividades físicas e esportivas de forma regular, acompanhada pelo setor de pedagogia e realizada por um profissional habilitado; de lazer: atividades lúdicas que proporcionem a convivência sadia e coletiva, nas quais os adolescentes optam pela participação ou não. Vale salientar que neste caso a negativa para a participação nas atividades de lazer devem ser analisadas e compartilhadas com a equipes técnica e de segurança.
OBSERVAÇÃO: A composição das turmas, bem como o quantitativo de participantes nas atividades devem ser demandas na rotina da unidade.

PÚBLICO-ALVO: Adolescente.

RESPONSÁVEIS: Equipe técnica e equipe de segurança.

5.3 ATIVIDADES COLETIVAS: COMEMORAÇÕES DE DATAS FESTIVAS

DESCRIÇÃO: Atividades que remetem a datas comemorativas e que contribuem com o desenvolvimento de potencialidades e interesses, fortalecendo o senso de responsabilidade e participação.

- **Aniversariantes do mês (Adolescentes):** possibilitar o fortalecimento da autoestima do adolescente e promover um momento de entretenimento e reflexão sobre a importância de projeto de vida pautado na longevidade, bem como favorecer o fortalecimento dos vínculos familiares.
- **Aniversariantes do mês (Funcionários):**promover a integração do corpo funcional, proporcionando momento de entretenimento, buscando minimizar os efeitos da tensão e do *stress*, inerente ao trabalho em medidas socioeducativas.
- **Atividades Culturais** (Carnaval, festejos juninos, dia da Sergipanidade): resgatar manifestações culturais elencadas no calendário nacional e regional, fortalecendo a vivência do adolescente, mesmo em privação, no contexto comunitário e social.
- **Páscoa:** possibilitar reflexão no que concerne ao período pascoal, respeitando a autonomia do adolescente quanto ao clero individual, buscando resgatar o sentido do renascimento.
- **Dia das Mães:** reconhecimento e fortalecimento dos vínculos familiares e dos papéis desempenhados por seus membros, ultrapassando o conceito de consanguinidade
- **Dia dos Pais:** reconhecimento e fortalecimento dos vínculos familiares e dos papéis desempenhados por seus membros, ultrapassando o conceito de consanguinidade.
- **Projeto de resgate histórico da formação do povo brasileiro – mês da Consciência dos povos originários e mês da Consciência Negra**: Fomentar reflexões sobre a construção da sociedade brasileira que envolvam a temática

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

35

sobre os povos originários, processo escravagista, racismo, discriminação, igualdade social, inclusão e cultura. • **Natal:** proporcionar um momento de reflexão sobre a espiritualidade e sobre as escolhas de vida, além de estimular o perdão e a solidariedade. A atividade está prevista no planejamento e programação da unidade para realização na 4ª semana de dezembro. • **Comemorações do calendário escolar**: Para acompanhar as atividades pedagógicas propostas. **OBSERVAÇÃO**: Outras atividades deverão ser avaliadas pela equipe da unidade de atendimento, atentando-se para o caráter pedagógico e demandas do contexto do adolescente.
PÚBLICO-ALVO: Adolescentes, familiares e responsáveis e funcionários.
RESPONSÁVEIS: Todos os profissionais da unidade.

5.4 ATIVIDADES COLETIVAS: OFICINAS ARTÍSTICAS

Descrição: As atividades culturais e artísticas, fundamentais ao desenvolvimento de habilidades motoras, emocionais e sociais são complementares ao processo de escolarização e contribuem para o aumento da autoestima e da criatividade. Com as atividades a unidade objetiva ampliar o universo cultural dos adolescentes, em cumprimento aos que está assegurado em lei por meio do Art. 124 do ECA.
PÚBLICO ALVO: Adolescente.
RESPONSÁVEIS: Equipe técnica, oficineiros (as) e equipe de segurança.

5.5 ATIVIDADES COLETIVAS COM A FAMÍLIA

DESCRIÇÃO: Promover atividades grupais na perspectiva de possibilitar a discussão sobre temáticas presentes no cotidiano do sistema socioeducativo e da conveniência das famílias de adolescentes em conflito com a Lei, bem como de propiciar espaços de diálogo e de trocas de experiências, estimulando o fortalecimento dos vínculos familiares. A metodologia utilizada para as atividades coletivas podem ser: Grupos de Trabalho, Grupos Terapêuticos, Grupos Psicoterapêuticos[17], Grupos de Aprendizagem, Grupos de Educação e Prevenção em Saúde, Oficinas Temáticas, Oficinas Pedagógicas e Culturais. Estas atividades poderão ser realizadas apenas com as famílias ou com a participação dos adolescentes.
PÚBLICO ALVO: Adolescentes, familiares e/ou responsáveis.
RESPONSÁVEL: Equipe técnica, professores, oficineiros (as), equipe de saúde.

VI - VISITAS

Durante o acompanhamento dispensado ao adolescente e seus familiares, um dos métodos de promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, bem como potencializar o estudo técnico sobre a realidade do adolescente e contexto social é a visita em suas diferentes modalidades. A vista está subdividida em ações

[17] Atividade realizada pelo profissional da psicologia

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

de natureza técnica (visita domiciliar e institucional) e de garantia de direitos (visita coletiva, especial e íntima) que se trata a seguir.

6.1 VISITA DOMICILIAR

DESCRIÇÃO: Compreender a importância da realização de visita domiciliar quando da chegada do adolescente na unidade de atendimento socioeducativo; realizar levantamento da situação da família e rede de apoio socioafetiva, na perspectiva de conhecer a realidade a qual o adolescente está inserido para definir a estratégia de enfrentamento e identificar na dinâmica familiar os papéis desempenhados por seus membros, a fim de coletar informações que consubstanciem a construção e concretização do Plano Individual de Atendimento. Possibilitará ainda identificar demandas necessárias de intervenção e articulação com a rede de suporte interinstitucional, objetivando a reinserção familiar e comunitária após o cumprimento da medida cautelar e socioeducativa.
PÚBLICO-ALVO: Família, responsáveis, rede de apoio socioafetiva do adolescente.
RESPONSÁVEL: Equipe Técnica e Equipe de Saúde.

6.2 VISITA INSTITUCIONAL

DESCRIÇÃO: Mapear, identificar e articular ações que contribuam para concretização das metas pactuadas pelo adolescente no PIA, possibilitando a (re)inserção desse jovem ainda no cumprimento da medida cautelar ou socioeducativa, fomentando o acesso aos Órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), possibilitando o reconhecimento e exercício da cidadania, tendo como norte o princípio da **Incompletude Institucional**, observando os eixos norteadores do SINASE.
Público-alvo: Adolescente, família e/ou responsáveis.
Responsável: Equipe Técnica e Equipe de Saúde.

6.3 VISITA ESPECIAL

DESCRIÇÃO: Promover o resgate e o fortalecimento do vínculo afetivo entre adolescente e família, quando por motivos maiores, não puder comparecer regularmente às visitas coletivas da unidade. Essa modalidade de visita deve ser avaliada/indicada pela equipe técnica, inclusive quando das possiblidades de inserção na visita coletiva trouxerem prejuízo ao adolescente e à família. Poderá ocorrer com ou sem a presença de um técnico.
PÚBLICO-ALVO: Adolescente, família e/ou responsáveis.
RESPONSÁVEL: Equipe Técnica.

6.4 VISITA COLETIVA

DESCRIÇÃO: Ofertar condições para o fortalecimento do vínculo familiar entre o adolescente e a família em espaço coletivo e semanal, conforme estabelecido pelos documentos norteadores ECA e SINASE. Deve-se respeitar os critérios pactuados institucionalmente buscando analisar o perfil do adolescente. O procedimento deve ser uma ação articulada entre todo o corpo funcional que compõe a unidade de atendimento socioeducativo; Promover acolhimento às famílias e avaliar as

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

37

particularidades de cada caso como idade, condição física, orientação religiosa (considerando o princípio da laicidade, previsto na Constituição Federal do Brasil de 1988) entre outros. É de fundamental importância o contato entre a equipe técnica da unidade de atendimento socioeducativo e o poder público, Conselhos Tutelares e outros equipamento da assistência social para garantir a locomoção de familiares; Propiciar espaço adequado e devidamente preparado (estrutura física, material de suporte, limpeza do ambiente) para o acontecimento da visita de forma acolhedora; Disponibilizar suporte logístico e de material necessário. Monitorar a entrada e saída dos familiares/responsáveis através de cadastro e conferência de documentação; monitorar o momento da visita na perspectiva de garantir segurança de todos os envolvidos. Realizar revista pessoal e de pertences, bem como acompanhar a entrada dos familiares/responsáveis, conduzir os adolescentes para visita e retorno aos alojamentos quando do encerramento da visita.
PÚBLICO ALVO: Adolescente e familiares.
RESPONSÁVEL: Equipe técnica, equipe de segurança e equipe diretiva.

6.5 VISITA ÍNTIMA

DESCRIÇÃO: Garantir ao adolescente em privação de liberdade, dos sexos feminino e masculino, o direito à visita íntima[18] na perspectiva de fortalecimento dos vínculos afetivos e exercício do direito sexual e reprodutivo. **Ações:** Realizar os testes rápidos IST/AIDS, acompanhar e monitorar o(a) adolescente em visita íntima; encaminhar o(a) companheiro(a) para realização de teste rápido IST/AIDS nos Centros de Testagens e Aconselhamentos (CTAs)[19]; realizar ações planejadas, com periodicidade bimestral, de atenção à saúde sexual e reprodutiva e prevenção de infecções sexualmente transmissíveis para adolescentes e companheiros(as).
PÚBLICO ALVO: Adolescentes e companheiros(as).
RESPONSÁVEL: Equipe técnica, equipe de saúde e equipe de segurança.

VII - DESLIGAMENTO INSTITUCIONAL

7.1 ADMINISTRATIVO

DESCRIÇÃO: Preparar a guia de desligamento, contendo dados sobre o adolescente e o seu responsável legal assim como a informar sobre a decisão judicial, coletar assinaturas do adolescente e/ou do seu responsável. Reunir e entregar objetos pessoais que foram guardados ao ingressar na Unidade.
PÚBLICO ALVO: Adolescentes.
RESPONSÁVEL: Equipe administrativa.

7.2 TÉCNICO

DESCRIÇÃO: Encaminhar documentos originais pertencente ao adolescente (RG, CPF, Certidão de Nascimento, Reservista, Título Eleitoral, Carteira Profissional e senha de acesso ao sistema .GOV, certificados de participação em cursos profissionalizantes, cartão de conta bancária, notas fiscais de aparelhos eletroeletrônicos, entre outros), caso tenha completado a maior idade, ou ao seu

[18] Projeto de Visita Íntima em anexo.
[19] Fluxo CTA em anexo.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

38

responsável caso contrário. Na aplicação de medida privativa de liberdade, repassar os documentos elaborados durante a permanência do adolescente na Unidade (PIA, Relatórios, documentos pessoais original ou cópia) para os profissionais da Unidade que irão recebê-lo, outrossim, em caso de progressão para medida em meio aberto ou extinção, encaminhar a Ficha de Referência ao Programa de Egressos. Informar e solicitar à escola na qual o adolescente estiver matriculado a declaração/transferência na brevidade possível. Fazer contato e entregar o documento escolar protocolado à família e/ou responsável. Quando o adolescente receber regressão de medida, avaliar com a equipe pedagógica sobre a necessidade ou não de desvincular o socioeducando da escola de origem, considerando o prazo para final do semestre/ano letivo. Caso permaneça deverá ser encaminhada comprovação de matricula. Quando o semestre finalizar, encaminhar a transferência para vinculá-lo à escola de referência da unidade; Realizar o desligamento do adolescente no Sistema SIPIA/SINASE e encaminhar as informações necessárias para o Administrador Estadual do Sistema (ADE), a fim de que seja encerrado ou transferido o cadastro; Encaminhar o adolescente e/ou familiar/responsável para Unidade de Saúde de Medidas Socioeducativas da Fundação Renascer para providencias relativas à saúde.
PÚBLICO-ALVO: Adolescentes.
RESPONSÁVEL: Equipe Técnica.

7.3 SEGURANÇA

DESCRIÇÃO: Entregar objetos pessoais e/ou eletroeletrônicos pertencentes ao socioeducando que estiverem no alojamento. Realizar revista pessoal do adolescente, conduzindo-o aos espaços institucionais pertinentes para garantir o desligamento conforme o fluxo estabelecido.
PÚBLICO-ALVO: Adolescentes.
RESPONSÁVEL: Equipe de Segurança.

7.4 SAÚDE

Descrição: Realizar desligamento do adolescente no que concerne ao acompanhamento na perspectiva de que possa prosseguir na promoção, prevenção e tratamento de saúde. Entregar os documentos de saúde e informar sobre possíveis agendamentos. Informar sobre possíveis agendamentos de consultas, vacinas e exames, bem como orientar sobre continuidade do uso de medicação caso esteja em tratamento. Registrar no prontuário sobre o desligamento e orientações realizadas. Em situações que o adolescente for encaminhado para unidade de atendimento socioeducativo desta fundação, deverá ser realizado interlocução com a equipe técnica da Unidade sobre os procedimentos de saúde realizados e agendamentos.
PÚBLICO-ALVO: Adolescentes e familiares/responsáveis.
RESPONSÁVEL: Equipe de saúde.

7.5 ARQUIVAMENTO E ORGANIZAÇÃO DE PRONTUÁRIO

DESCRIÇÃO: As informações coletadas no acompanhamento realizado com o adolescente, seja em nível administrativo, técnico ou de saúde, arquivados no prontuário, devem estar padronizados e em consonância com o atendimento individualizado e o plano individual do adolescente - PIA. Para tanto, a organização

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

dessas informações deve resguardar o sigilo em diferentes níveis de acesso, seguindo as regulamentações técnicas[20] profissionais das áreas envolvidas no acompanhamento. É de fundamental importância garantir a horizontalidade na socialização das informações e dos conhecimentos em equipe multiprofissional, evitando a hierarquização desses saberes, a fim de garantir a construção conjunta e articulada sobre o adolescente. A organização dos instrumentais no prontuário do adolescente, é de responsabilidade de todos que compõem a equipe. É salutar manter a ordem das cópias de todos documentos, evitando assim a perda de informações que devem acompanhar o adolescente quando do seu desligamento para outra unidade socioeducativa. No tocante ao registro no prontuário deve atentar-se que todos os procedimentos (acolhimento, atendimentos, abordagens, encaminhamentos, participação em atividades entre outros) necessitam de registro imediato afim de que sejam preservadas as informações bem como deve ser desprezado o uso de outros espaços de registro que não estão legitimados institucionalmente, exceto aqueles de uso exclusivo da Psicologia, resguardando o direito à informação segura e sigilosa. Em caso de desligamento, o prontuário do adolescente com todos os documentos e informações pessoais e relativa à medida aplicada deverá ser arquivada em local seguro até que seja atingida a maioridade (21 anos) nos arquivos do setor técnico. A documentação original, caso não seja entregue ao adolescente ou seu responsável, nos casos de evasão, deverão ser entregues e protocolados ao referido e seus familiares.
PÚBLICO-ALVO: Adolescente.
RESPONSÁVEIS: Administrativo e técnico.

VIII - JUSTIÇA RESTAURATIVA

O conceito de Práticas Restaurativas baseia-se na Justiça Restaurativa, podendo conceituá-lo como diferentes ferramentas que possibilitam um espaço de diálogo, contribuindo de forma efetiva para a reparação de danos, restauração de vínculos, promoção de responsabilização, permitindo integração e pacificação comunitária, prevenir violências, estabelecer valores e cuidados mútuos, dirimir conflitos, construir a cultura de paz (respeito, diálogo, cuidado, acolhida e outros), com os princípios norteadores devem respeitar a corresponsabilidade, reparação de danos, atendimento às necessidades de todos os envolvidos, a informalidade, a voluntariedade, a imparcialidade, a participação, o empoderamento, a consensualidade, a confidencialidade, a celeridade e a urbanidade.

[20] Título II, Art. 2º § d da Lei 8.662/93; Resolução 010/05 do Art. 9º, 12º e 14º Das responsabilidades do Psicólogo; Lei 9394/96, Cap. V, Art. 5º; Resolução CFP nº 001/2009, Resolução CFP nº 07/2003.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

A justiça restaurativa na socioeducação irá integrar na rotina das equipes, instrumentais que agregam elementos restaurativos onde possibilitará aplicar a metodologia para construção dos instrumentais avaliativos – Plano de Atendimento Individual – PIA, avaliação de medida, realização de círculos de diálogos, acolhimento, celebração, discussão de temáticas que possibilitem a ressignificação do processo socioeducativo do adolescente, grupos com as famílias, círculo de resolução de conflito, além de diversas possibilidades.

A partir da metodologia da justiça restaurativa configura-se como possibilidade para construção do projeto de vida do adolescente e o enfrentamento de suas fragilidades, possibilitando a reconstrução de vínculos familiares, comunitários e social.

IX - INCOMPLETUDE INSTITUCIONAL

Como modo de garantir o acesso do adolescente aos recursos comunitários e sociais, mesmo em cumprimento de medida socioeducativa, há de se reconhecer a imperativo empenho na interlocução da política de atendimento socioeducativo com as demais políticas públicas, repelindo a lógica da instituição total. Para tanto, o ECA em seu artigo 86, pauta a incompletude institucional, caracterizada pela utilização do máximo possível de serviços na comunidade, corresponsabilizando as políticas públicas setoriais no atendimento aos adolescentes privados de liberdade. As atividades socioeducativas, portanto, carecem de se estruturar na lógica integrativa com os espaços externos à própria instituição, a fim de incluir o adolescente em experiências significativas de socialização e vinculação aos serviços existentes na comunidade.

Os parâmetros norteadores da ação e gestão pedagógicas para as entidades e/ou programas de atendimento que executam a internação provisória e as medidas socioeducativas devem propiciar ao adolescente o acesso a direitos e às oportunidades de superação de sua situação de exclusão, de ressignificação de valores, bem como o acesso à formação de valores para a participação na vida social, vez que as medidas socioeducativas possuem duas dimensões: uma dimensão jurídico-sancionatória e uma dimensão substancial ético-pedagógica. Seu

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

41

atendimento deve estar organizado observando o princípio da incompletude institucional.

Assim, a inserção do adolescente nas políticas públicas torna-se meio de garantir oferta e acesso a serviços que o referido tem direito e que faz parte das pactuações e metas propostas no Plano Individual de Atendimento. Com isso, mais uma vez reafirmamos a importância da elaboração e articulação do PIA, através da equipe de trabalho junto ao adolescente e família. Vale ressaltar que essa competência de elaborar e articular o plano de atendimento de cada adolescente junto ao demais entes institucionais é da equipe técnica vinculada à instituição executora das medidas. É por meio do PIA que se estabelecem os parâmetros para o trabalho com cada adolescente, implicando na articulação conjunta de todas as instituições integrantes do SINASE, com atuação no caso concreto.

Cabe ainda salientar que as intervenções voltadas ao atendimento socioeducativo devem pautar-se na direção da proteção integral do adolescente legitimando-o enquanto sujeito de sua história e não abstendo do reconhecimento sancionatório e responsabilizador da privação de liberdade. Ultrapassar o viés do cumprimento da medida socioeducativa pelo ato infracional, proporciona compreender e possibilitar o comprometimento de todos os atores envolvidos no processo de construção de novas perspectivas de objetivação da vida do adolescente em sociedade.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

41

CADERNO DE ORIENTAÇÕES PARA EXECUÇÃO DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM UNIDADES DE SEMILIBERDADE DO ESTADO SERGIPE

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

42

I INTRODUÇÃO

A Fundação Renascer do Estado de Sergipe é a instituição estadual competente e designada pela execução das medidas socioeducativas restritivas de liberdade (semiliberdade), privativas de liberdade (internação) e pela medida cautelar (internação provisória), todas voltadas ao público masculino e feminino, observando os desdobramentos atuais que as questões de gênero requerem.

As medidas socioeducativas estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/1990, abrangem desde a advertência dada pelo órgão competente até à medida restritiva de liberdade.

A semiliberdade é medida socioeducativa que implica uma forma mais branda e parcial de privação de liberdade e de institucionalização (ILANUD, 2004, *apud* PPPI, 2016). Esta medida é um paradoxo desafiador que conjuga a restrição parcial da liberdade e a reinserção familiar e comunitária. Nela, o adolescente fica sob custódia estatal, se submete às regras de uma unidade e pode realizar atividades externas sozinho e independente de autorização judicial, o que facilita o exercício da autonomia e responsabilização para a reinserção na comunidade. A semiliberdade pode ser determinada como medida inicial ao adolescente ou como forma de transição e progressão para o meio aberto, após período de internação.

As comunidades de semiliberdade são unidades residenciais que possuem estrutura análoga a uma casa, com quartos, sala e cozinha. O espaço físico não pode ser equivalente ao de uma unidade de internação; por exemplo, não deve possuir obstáculos físicos contra a evasão, ao passo que o adolescente da semiliberdade tem garantido o seu direito de ir e vir. De modo geral, as casas de semiliberdade adotam uma rotina em que as atividades externas de natureza escolar, pedagógica e/ou profissionais são realizadas a fim de favorecer a inserção comunitária, e o adolescente retorna à unidade em horário pré-estabelecido, respeitando os projetos individuais de cada adolescente (ILANUD, 2004 *apud* PPPI, 2016).

Na medida de semiliberdade, o princípio da incompletude institucional se destaca, sendo a realização de atividades externas o eixo fundamental da medida. São obrigatórias atividades escolares e de profissionalização nos recursos da comunidade, o que estimula maior integração entre diferentes setores para concretizar

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

a inserção social do adolescente, incluindo a rede formal de ensino e unidades de saúde, por exemplo.

Para efetivação e garantia dos direitos aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa, faz-se mister reunir e operacionalizar processos de trabalho que possibilitem o atendimento de forma intencional, qualitativa, articulada fomentando o protagonismo desse adolescente enquanto sujeito de direito e sujeito de sua história.

As medidas socioeducativas estabelecidas pelo ECA, reúnem um conjunto ordenado de direitos e deveres de adolescentes no que concerne à prática do ato infracional, podendo ser aplicada pelo órgão competente de forma progressiva, desde a advertência até medida privativa de liberdade.

Garantidas as condições estruturais de espaço físico, os adolescentes devem ser separados por idade, compleição física e gravidade da infração. As atividades, internas e externas, devem ser adequadas ao desenvolvimento pessoal e social do adolescente socioeducando, bem como favorecer a construção do seu projeto de vida, além de considerar os vínculos familiares e comunitários e as particularidades da trajetória de cada jovem internado (BRASIL, 2012).

O Estatuto em seu Artigo 124, item V, ainda esclarece que o adolescente privado da liberdade deve ser "tratado com respeito e dignidade", e no Artigo 125, que é "dever do Estado zelar pela integridade física e mental dos internos, cabendo-lhes adotar as medidas adequadas de contenção e segurança" (BRASIL, 1990). O descumprimento de muitos princípios legais estabelecidos pelo ECA dificulta a processo socioeducativo desse adolescente.

A Constituição Federal brasileira de 1988 e o ECA entendem que a melhor forma de atendimento é um conjunto articulado de ações em rede que mobilize os diversos atores sociais e institucionais, tanto do setor público como do setor privado (ILANUD, 2004). A incompletude institucional evidencia a doutrina da proteção integral do ECA e do Sistema de Garantia de Direitos, limitando a privação da liberdade, a segregação e a assistência totalizante.

II PREMISSAS DO ACOMPANHAMENTO AO ADOLESCENTE

Os procedimentos elencados neste item compõem as práticas primárias e inicial de todo atendimento socioeducativo. Apesar de não serem superiores aos demais

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

44

processos descritos neste caderno, é essencial que a comunidade socioeducativa compreenda que o Plano Individual de Atendimento – PIA, a utilização do SIPIA/SINASE*Web* e a abordagem individual ao adolescente e família são práticas centrais que fortalecerão a (re)construção do projeto de vida do adolescente.

2.1 PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO (PIA)

DESCRIÇÃO: A elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), constitui-se numa importante ferramenta para o acompanhamento da evolução pessoal e social do adolescente e na conquista de metas e compromissos pactuados com ele e sua família durante o cumprimento da medida. O PIA deve ser redigido detalhadamente, evidenciando as metas a serem alcançadas e o compromisso de todos os atores envolvidos nesse processo para a viabilização do plano, e deve ser elaborado no prazo de até quarenta e cinco (45) dias da data do ingresso do adolescente na unidade, independente de solicitação judicial. Este documento deve ser enviado ao Juizado da Infância e Juventude para homologação e acompanhamento da execução da medida socioeducativa, para que na ocasião do relatório avaliativo, o Juízo de Direito esteja ciente do desenvolvimento do processo socioeducativo, obtendo elementos substanciais para proferir sua decisão. O acesso ao Plano é restrito ao diretor da unidade, à equipe técnica referenciada, ao adolescente e seus pais ou responsáveis, ao Ministério Público e ao Defensor Público, exceto expressa autorização judicial para outrem. A responsabilidade pela elaboração e encaminhamento do PIA ao Juízo, no entanto, é da equipe técnica da unidade, via direção geral. O seu preenchimento deverá ser realizado[14] prioritariamente no sistema **SIPIA SINASE/*Web***.
PÚBLICO ALVO: Adolescente em cumprimento de medida socioeducativa e família.
RESPONSÁVEL: Equipe técnica de referência do adolescente.

2.2 UTILIZAÇÃO DO SIPIA/SINASE *WEB*

DESCRIÇÃO: O SIPIA/Sinase é um sistema de informações composto por telas, que deverão ser incluídas e alimentadas pelos servidores capacitados e cadastrados. São elas:

- **CADASTRO DO ADOLESCENTE**: Esta tela pode ser visualizada por todos os estados que utilizam o sistema e contém dados básicos do adolescente.
- **ATENDIMENTO INICIAL/INTERNAÇÃO PROVISÓRIA**: Refere-se ao acolhimento do adolescente. Nela é possível inserir dados mais detalhados da vida do socioeducando. As informações primárias, geradas nas Unidades de Atendimento de Internação e Semiliberdade, nomeia-se de ACOLHIMENTO. Nas unidades de Internação Provisória, as informações inseridas serão utilizadas como base dos dados para o registro estatístico, e por isso, seu preenchimento correto e completo é imprescindível.
- **ATENDIMENTO DE MEDIDA**: Utilizada para registrar os dados sobre a medida socioeducativa, vinculando o adolescente à medida e à unidade.

[14] Mediante a impossibilidade do uso do Sistema SIPIA/SINASE Web, a equipe deverá utilizar a Ficha do PIA em modo físico (*off line*) afim de garantir o direito ao adolescente de ter seu Plano encaminhado no prazo determinado.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

45

- **REGISTRO DE ACOMPANHAMENTO TÉCNICO INTERDISCIPLINAR:** Conhecido por EVOLUÇÃO, refere-se aos registros diários dos adolescentes.
- **PIA:** Instrumental do Plano de Individual de Atendimento. Constitui-se em uma importante ferramenta no acompanhamento da evolução pessoal e social do adolescente, como também, na conquista de metas e compromissos pactuados com ele e sua família durante o cumprimento da medida socioeducativa.

OBSERVAÇÃO 1: Todas as fichas presentes no sistema, deverão ser utilizadas no modo *offline* quando da impossibilidade do uso da rede de Internet; as fichas preenchidas deverão ser encaminhadas junto com prontuário do adolescente para a unidade de destino no caso de progressão ou regressão de medida socioeducativa, cabendo ao técnico realizar o desligamento do adolescente e encaminhar as informações necessárias para o Administrador Estadual (ADE) realizar a transferência de unidade.

OBSERVAÇÃO 2: O preenchimento e inserção dos dados no sistema, presentes nas fichas, é de responsabilidade da equipe técnica de referência do adolescente, coletando as informações do acompanhamento de modo articulado com os demais profissionais que compõe o atendimento socioeducativo.

PÚBLICO ALVO: Adolescentes.

RESPONSÁVEL: Equipe técnica e/ou servidores cadastrados.

2.3 ABORDAGEM INDIVIDUAL AO ADOLESCENTE E A FAMÍLIA/RESPONSÁVEL

DESCRIÇÃO: Todo e qualquer contato com o adolescente e/ou familiar que possibilite orientação, repasse e/ou coleta de informações para que os setores responsáveis tenham ciência e sejam tomadas providências cabíveis. Faz-se necessário que toda e qualquer informação seja compartilhada na perspectiva de atentar-se às demandas e situações elencadas, respeitando as especificidades e ética profissional.

PÚBLICO ALVO: Adolescentes e familiares/responsáveis.

RESPONSÁVEL: Todos os profissionais da unidade de atendimento.

III ROTINAS DA SEMILIBERDADE

3.1 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL AO ADOLESCENTE

3.1.1 ADMINISTRATIVO

DESCRIÇÃO: Recepcionar o adolescente, bem como a autoridade que o acompanhe, como também, verificar a documentação necessária indispensável para ingressar na unidade: Ofício, Guia de Execução Definitiva de Medida Socioeducativa do CNJ, Relatório de Constatação de Lesões emitido pelo Instituto Médico Legal (IML) e Documento de Identificação Pessoal (Certidão de Nascimento e/ou Registro Geral). Após a confirmação processual, a documentação original ou cópia do adolescente deverá ser encaminhada ao setor técnico. O socioeducando, após receber um *kit* composto por uniforme, sandália, colchão, roupas de cama e objetos de higiene pessoal, deverá ser informado sobre os procedimentos relativos à segurança da unidade.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

46

PÚBLICO ALVO: Adolescentes oriundos da Unidade de Internação Provisória, da Internação, Delegacia Especializada de Proteção ao Menor (DEPCA) e outras delegacias, 17ª Vara e Comarcas do interior do Estado.
RESPONSÁVEL: Equipe administrativa.

3.1.2 TÉCNICO

DESCRIÇÃO: Acolher o adolescente a fim de orientá-lo acerca do funcionamento (rotina), normas e procedimentos da Unidade, apresentar para dar ciência da legislação pertinente, bem como as prerrogativas sobre os direitos e deveres durante o cumprimento de medida. Vale ressaltar que durante a primeira entrevista individual, o diferencial da escuta qualificada deve prevalecer. Faz-se necessário verificar a situação da documentação civil do adolescente para fins de encaminhamentos às políticas setoriais. Inicia-se então, o preenchimento da **Ficha de Atendimento Inicial**, presente no sistema SIPIA/SINASE *Web*. Em seguida, o profissional encaminhará o adolescente para a avaliação admissional na Unidade de Saúde de Medidas Socioeducativas da Fundação Renascer, por meio de preenchimento da **Ficha de Referência e de Contra Referência**. Ademais, deverá informar à família e/ou ao Conselho Tutelar sobre a admissão do adolescente, caso estes não tenham conhecimento ou não estejam no momento do ingresso do adolescente na unidade.
PÚBLICO-ALVO: Adolescentes em cumprimento de semiliberdade.
RESPONSÁVEL: Equipe técnica de referência.

3.1.3 SAÚDE

DESCRIÇÃO: Receber demanda de acompanhamento de adolescente da equipe técnica da unidade de origem e realizar o atendimento inicial de saúde no prazo máximo de cinco (5) dias a partir do acolhimento inicial. O procedimento tem o objetivo de i) conhecer o histórico de saúde; ii) identificar demandas para promoção, prevenção e tratamento de saúde; e iii) obter informações referentes às condições físicas do adolescente (*e.g.:* peso, altura, pressão arterial). De posse dessas informações será possível avaliar as necessidades de inserção nas agendas específicas do acompanhamento de saúde, além de fundamentar os encaminhamentos à rede do Sistema Único de Saúde (SUS) para realização de exames e atendimento às especialidades clínicas, bem como também garantir a realização de testes rápidos para investigação de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST/AIDS)[15]. Realizar a abertura do prontuário de saúde do adolescente para registro individualizado e remeter a **Ficha de Referência e de Contrarreferência** para a unidade de origem.
PÚBLICO ALVO: Adolescentes em cumprimento de semiliberdade.
RESPONSÁVEL: Equipe de Saúde das Medidas Socioeducativas da Fundação Renascer.

3.1.4 SEGURANÇA

DESCRIÇÃO: Após admitido pelo administrativo, a equipe de segurança socioeducativa deverá realizar o procedimento de revista pessoal do adolescente admitido, preencher a Ficha Cadastro de Segurança e identificar o perfil do

[15] Procedimento realizado por profissional de saúde habilitado pela SMS.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

47

adolescente para alocação no alojamento mais adequado, conforme as prerrogativas do SINASE quanto idade e compleição física, analisando a situação de risco e da natureza do ato infracional. O adolescente recém-admitido deverá ser informado sobre os procedimentos, normas de convivência e de segurança institucional. Uma cópia da Ficha Cadastro de Segurança deverá ser encaminhada para a equipe técnica imediatamente para avaliação pertinente o caso.
PÚBLICO ALVO: Adolescentes em cumprimento de semiliberdade.
RESPONSÁVEL: Coordenadores, supervisores e equipe de segurança.

3.2 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL À FAMÍLIA

3.2.1 ADMINISTRATIVO

DESCRIÇÃO: Recepcionar a família do adolescente. Informar sobre o funcionamento institucional, além de providenciar o encaminhamento para as equipes responsáveis.
PÚBLICO ALVO: Familiares e responsáveis pelo adolescente
RESPONSÁVEL: Equipe administrativa.

3.2.2 TÉCNICO

DESCRIÇÃO: Acolher e orientar a família acerca do funcionamento (rotina), procedimentos da unidade, apresentar, para dar ciência, a legislação pertinente, bem como as prerrogativas sobre os direitos e deveres enquanto responsável legal do adolescente. Deve-se realizar entrevista individual para complementar as informações do preenchimento dos instrumentais institucionais e os presentes no sistema SIPIA/SINASE *Web*. Orientar quanto a situação processual no que lhes couber e solicitar a documentação necessária ao cumprimento da medida (Certidão de Nascimento, RG, CPF, Cartão SUS, Cartão Vacina, CTPS, Declaração/transferência Escolar, Título e Reservista quando couber). Analisar brevemente o contexto familiar para cadastrar e autorizar a entrada de visitantes, e orientar os familiares sobre normas e procedimentos de visita.
PÚBLICO ALVO: Familiares e responsáveis.
RESPONSÁVEL: Equipe técnica

3.2.3 SAÚDE

DESCRIÇÃO: Realizar atendimento inicial à família do(a) adolescente, na perspectiva de identificar demandas de acordo com o histórico de saúde familiar. Registrar atendimento no prontuário de saúde do adolescente, Livro de Ocorrência da Saúde, e, ainda, contrarreferenciar a unidade de origem, por meio da **Ficha de Referência e Contrarreferência (FRC)**. Na ausência dos profissionais de saúde, os membros da equipe técnica deverão realizá-lo e informar através da FRC à equipe de saúde.
PÚBLICO ALVO: Familiares e responsáveis.
RESPONSÁVEL: Equipe de saúde: enfermeiro(a), auxiliar/técnico de enfermagem, médico(a), assistente social, psicólogo(a).

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

48

3.2.4 SEGURANÇA

DESCRIÇÃO: Recepcionar o familiar e/ou responsável verificando a vinculação com o adolescente; encaminhar para a equipe técnica e em caso de contato com o adolescente deverá ser realizada a revista pessoal e dos pertences. Caso seja encontrado material ilício a equipe deverá comunicar às autoridades competentes (delegacia) como previsto no Regimento Interno. Além disso, informar sobre procedimentos de segurança e normas de convivência institucional. Registrar no Livro de Ocorrência da Segurança.
PÚBLICO ALVO: Familiares e/ou responsáveis.
RESPONSÁVEL: Coordenadores, supervisores e equipe de segurança.

VI ATENDIMENTO

4.1 ATENDIMENTO INDIVIDUAL AO ADOLESCENTE

4.1.1 ADMINISTRATIVO

DESCRIÇÃO: Atender o adolescente quanto ao suprimento de material. Preparar a logística para as audiências virtuais, e ainda, em casos excepcionais quando não tiver membro da equipe técnica na unidade, acolher a demanda do adolescente e imediatamente encaminhar às equipes responsáveis. Informar à equipe diretiva sobre a situação processual do adolescente (data, ordem de audiências etc.)
PÚBLICO ALVO: Adolescente.
RESPONSÁVEL: Equipe administrativa.

4.1.2 TÉCNICO

DESCRIÇÃO: Realizar escuta qualificada do adolescente, da sua história de vida e de seus projetos pessoais, bem como acompanhar o adolescente durante o período de cumprimento da medida socioeducativa, fomentando o desenvolvimento biopsicossocial. Estimular a reflexão sobre o cometimento do ato infracional e suas consequências; a leitura crítica e autônoma de si mesmo e do mundo a sua volta e a ressignificação de valores morais e éticos, incentivando-o a enfrentar dificuldades e a resolver situações-problema com vistas a reconstrução do seu projeto de vida. Regularizar a documentação do adolescente visando garantir seus direitos civis durante o cumprimento da medida. Utilizar a técnica de escuta qualificada, entrevista dialogada e aplicação de instrumentais específicos para o processo socioeducativo, respeitando as particularidades de cada área de atuação, bem como as capacidades cognitivas do adolescente. Inserir e acompanhar os adolescentes na oferta de atividades presentes na rotina da unidade, atrelando ao Plano Individual de Atendimento a partir das habilidades, aptidões e interesses apresentados pelo adolescente, dentre elas: Ensino regular em articulação com a rede, profissionalização, oficinas pedagógicas, datas comemorativas, entre outras. Durante esse processo dar-se-á a construção dos documentos avaliativos de cada adolescente e, o Relatório Situacional, quando solicitado. No que se refere ao prazo de regularidade para realização de atendimento individual deve-se considerar o máximo de 15 dias entre os atendimentos individualizados, considerando também, a solicitação do adolescente ou por encaminhamento de profissional de outras áreas.
PÚBLICO ALVO: Adolescentes.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

49

RESPONSÁVEL: Equipe técnica

4.1.3 SAÚDE

DESCRIÇÃO: Realizar o atendimento, acompanhamento e monitoramento da saúde integral do(a) adolescente por intermédio das demandas encaminhadas pela equipe técnica de referência ou pela demanda espontânea colhida no ato da visita diária ou atendimento do adolescente, possibilitando garantir o seu desenvolvimento biopsicossocial por meio de ações de promoção de saúde, práticas educativas e assistência à saúde. Deverá ser realizado registro em tempo hábil no prontuário de saúde do adolescente, a fim de preservar as informações e socializar com a equipe, bem como deverá ser emitida **Ficha de Referência e Contrarreferência**, além de registrar no Livro de Ocorrência. As ações de promoção, prevenção e tratamento são: 1. Acompanhamento do desenvolvimento físico e psicossocial; 2. Imunização; 3. Saúde sexual e reprodutiva; 4. Saúde bucal; 5. Saúde mental; 6. Controle de agravos; 7. Assistência à vítima de violência; 8. Internamento provisório do(a) adolescentes pós alta hospitalar[16]. O atendimento prestado deverá observar as legislações pertinentes, bem como os níveis de acesso através das redes de atenção (básica, média e alta complexidade), devendo ser encaminhados aos serviços da rede de saúde de acordo com a avaliação/necessidade identificada pelos profissionais.
PÚBLICO ALVO: Adolescente.
RESPONSÁVEL: Equipe de saúde, Equipe Técnica da Unidade de Atendimento Socioeducativo, Equipe de Segurança.

4.1.4 SEGURANÇA

DESCRIÇÃO: Entende-se este atendimento como a abordagem e orientação na convivência da comunidade socioeducativa e no desenvolvimento da rotina institucional, considerando as particularidades de cada indivíduo, bem como a ética profissional no que tange aos aspectos que se desdobram desde o sigilo das informações coletadas até o compartilhamento a quem interessar. Atender o adolescente em questões relativas à segurança no tocante a garantia da conivência pacífica e de sensação de segurança nas dependências das unidades, primando pelo cumprimento de procedimentos já estabelecidos, a exemplo de revista e transferências de alojamentos. Quando identificadas situações internas que comprometam a integridade física do adolescente a esquipe de segurança deverá realizar imediatamente separação dos envolvidos. Em casos excepcionais quando não tiver membro da equipe técnica na unidade, acolher demanda do adolescente e encaminhar às equipes responsáveis.
PÚBLICO ALVO: Adolescente.
RESPONSÁVEL: Coordenadores, supervisores e equipe de segurança.

4.1.5 REPRESENTANTES DO SISTEMA DE GARANTIAS DE DIREITO

DESCRIÇÃO: Possibilitar ao adolescente o atendimento pelos representantes dos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, mediante apresentação de documentação

[16] Possibilitar acompanhamento do (a) adolescente em situação de alta hospitalar após realização de procedimentos cirúrgicos, ou ainda quando a complexidade no agravo do tratamento de saúde necessitar.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

50

comprobatória, conforme procedimentos de segurança, garantindo a integridade do adolescente previsto pelo ECA. Os órgãos que poderão realizar o atendimento por meio de representantes são:

- 17ª Vara Cível (NUTEC, NUAP e Oficiais de Justiça/Executores de Mandados), representantes das Comarcas dos municípios do interior do Estado;
- Ministério Público;
- Defensoria Pública;
- Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
- Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ);
- Corregedoria do Poder Judiciário do Estado;
- Advocacia Geral da União;
- Advogado processualmente constituído pela família e/ou responsável legal do adolescente, devidamente identificado e apresentando documento comprobatório quanto a representação;
- A Polícia Civil, devidamente identificada e documento oficial para realizar oitiva do adolescente, acompanhando por um profissional da unidade, quando da realização de procedimento investigativo;
- Os Conselhos de Direito: Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar e representantes dos Conselhos de Direitos Humanos em todas as suas esferas e conselhos setoriais de formulação e controle de políticas públicas.

Para tanto:

- A equipe de segurança deverá realizar a condução do adolescente ao atendimento, obedecendo às normas de segurança previstas na realização do atendimento, e mantendo-se presente na realização destes.
- A equipe diretiva/administrativa da Unidade deverá recepcionar, conferir documentação e orientar sobre procedimentos internos.
- A Equipe Técnica da Unidade deverá ser comunicada sobre o atendimento, a fim de registrar procedimento no prontuário do adolescente. Esta poderá se fazer presente quando avaliar ser pertinente durante o atendimento.

OBSERVAÇÃO: O atendimento deverá ser realizado de forma a respeitar as informações prestadas pelos presentes, em ambiente seguro e que possibilite o sigilo e proteção do adolescente em privação de liberdade ou/em cumprimento de medida socioeducativa. Cabe ressaltar que os órgãos de defesa de direito têm habilitação para avistar-se individualmente com o adolescente e, para tanto, as questões relativas à segurança das partes devem ser criteriosamente observadas.

PÚBLICO ALVO: Comunidade socioeducativa.

RESPONSÁVEL: Equipe diretiva.

4.2 ATENDIMENTO INDIVIDUAL À FAMÍLIA

4.2.1 ADMINISTRATIVO:

DESCRIÇÃO: Atender o familiar ou responsável pelo adolescente, a fim de identificar as demandas apresentadas e encaminhar aos setores competentes, bem como prestar informações sobre procedimentos administrativos da unidade.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

51

PÚBLICO ALVO: Familiares e/ou responsáveis.
RESPONSÁVEL: Equipe Administrativa.

4.2.2 TÉCNICO

DESCRIÇÃO: Acompanhar, orientar e apresentar a família durante o período de cumprimento de medida sobre as possíveis decisões judiciais, seja para o cumprimento de medidas socioeducativas previstas no ECA ou para a reinserção familiar. Deve-se utilizar a escuta, observação, reflexão e aplicação dos instrumentais específicos.
PÚBLICO ALVO: Familiares e/ou responsáveis.
RESPONSÁVEL: Equipe técnica

4.2.3 SAÚDE

DESCRIÇÃO: Realizar atendimento à família do(a) adolescente quando encaminhada pela equipe técnica de origem, na perspectiva de identificar demandas de acordo com a história de saúde do indivíduo. Bem como, informar sobre a condição de saúde e os procedimentos realizados ao adolescente enquanto estiver no cumprimento da medida.
PÚBLICO ALVO: Familiares e responsáveis.
RESPONSÁVEL: Equipe de saúde

4.2.4 SEGURANÇA

DESCRIÇÃO: Atender a família sobre questões relativas à segurança no tocante à garantia da conivência pacífica e de sensação de segurança nas dependências das unidades, primando pelo cumprimento de procedimentos de segurança já estabelecidos, a exemplo de revista e transferências de alojamentos, resguardado pelo sigilo profissional. Em casos excepcionais quando não tiver membro da equipe técnica na unidade, acolher demanda da família e imediatamente encaminhar às equipes responsáveis.
PÚBLICO ALVO: Familiares e/ou responsáveis
RESPONSÁVEL: Coordenadores, supervisores e equipe de segurança.

V ATIVIDADES COLETIVAS

O trabalho socioeducativo tem por princípio a convivência comunitária e todas as vicissitudes que as relações interpessoais propiciam. Em diferentes aspectos, as atividades coletivas promovem o desenvolvimento de habilidades e possibilitam espaços de reflexão e aprendizagem. Nesse contexto, estão inseridas ações com adolescentes, familiares e trabalhadores que atuam no contexto da socioeducação.

É válido ressaltar a importância da equipe de segurança em todos os processos do atendimento socioeducativo, e inclusive nas atividades de abordagem coletiva, na

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

perspectiva de promover ambiente harmonioso, condições favoráveis e de segurança para todos os envolvidos.

O sucesso de todas e quaisquer atividades coletivas, sejam elas entre os adolescentes/adolescentes, adolescentes/familiares ou adolescentes/público deverão ser envoltas pelo cumprimento integral das rotinas de segurança pré-estabelecidas a exemplo de: segurança para a realização da atividade, da análise do espaço físico, do planejamento e composição da equipe de acompanhamento às atividades, do modelo de condução aos espaços, da realização de revistas pessoais do adolescente e/ou familiares quando necessário, estando atento ao comportamento das partes, dentre outros. Ao iniciar e finalizar a atividade é OBRIGATÓRIA a revista pessoal do adolescente, com vistas a garantir a não entrada de materiais para o interior da unidade e em seguida a recondução para o local ensejado.

5.1 GRUPOS DE TRABALHO E OFICINAS TEMÁTICAS COM ADOLESCENTES

DESCRIÇÃO: Promover atividades grupais na perspectiva de possibilitar ao indivíduo, de forma dialética, reconhecer sua identidade como individual e social e, portanto, ampliar possibilidades de apreender as dimensões individuais e coletivas que participam de forma indissociável das suas condições de vida objetivas e subjetivas, por meio de temáticas transversais que envolvam o contexto da adolescência. Ademais, estimular reflexão sobre os princípios básicos de convivência social e incentivá-los a desenvolver a capacidade de tomada de decisão, além de servir como espaço para que possam compartilhar sentimentos, ideias e opiniões. A metodologia utilizada para as atividades coletivas podem ser: Grupos de Trabalho, Grupos Terapêuticos, Grupos de Aprendizagem, Grupos de Educação e Prevenção em Saúde, Oficinas Temáticas, Oficinas Pedagógicas e Culturais.
PÚBLICO ALVO: Adolescentes.
RESPONSÁVEL: Equipe técnica, professores, oficineiros (as), equipe de saúde e equipe de segurança.

5.2 ATIVIDADES CULTURAIS, DE ESPORTE E LAZER

DESCRIÇÃO: As atividades culturais, esportivas e de lazer fundamentais ao desenvolvimento de habilidades físicas e intelectuais, estão asseguradas em lei por meio do Art. 124 do ECA. Entende-se por atividades culturais: oficinas, encontros, *workshops*, datas comemorativas, atividades grupais e afins; por atividades de esporte: atividades físicas e esportivas de forma regular, acompanhada pelo setor de pedagogia e realizada por um profissional habilitado; de lazer: atividades lúdicas que proporcionem a conivência sadia e coletiva, nas quais os adolescentes optam pela participação ou não. Vale salientar que neste caso a negativa para a participação nas atividades de lazer devem ser analisadas e compartilhadas com a equipes técnica e de segurança.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

53

OBSERVAÇÃO: A composição das turmas, bem como o quantitativo de participantes nas atividades devem ser demandas na rotina da unidade.
PÚBLICO-ALVO: Adolescente.
RESPONSÁVEIS: Equipe técnica e equipe de segurança.

5.3 ATIVIDADES COLETIVAS: COMEMORAÇÕES DE DATAS FESTIVAS

DESCRIÇÃO: Atividades que remetem a datas comemorativas e que contribuem com o desenvolvimento de potencialidades e interesses, fortalecendo o senso de responsabilidade e participação.

- **Aniversariantes do mês (Adolescentes):** possibilitar o fortalecimento da autoestima do adolescente e promover um momento de entretenimento e reflexão sobre a importância de projeto de vida pautado na longevidade, bem como favorecer o fortalecimento dos vínculos familiares.
- **Aniversariantes do mês (Funcionários):**promover a integração do corpo funcional, proporcionando momento de entretenimento, buscando minimizar os efeitos da tensão e do *stress*, inerente ao trabalho em medidas socioeducativas.
- **Atividades Culturais** (Carnaval, festejos juninos, dia da Sergipanidade): resgatar manifestações culturais elencadas no calendário nacional e regional, fortalecendo a vivência do adolescente, mesmo em privação, no contexto comunitário e social.
- **Páscoa:** possibilitar reflexão no que concerne ao período pascoal, respeitando a autonomia do adolescente quanto ao clero individual, buscando resgatar o sentido do renascimento.
- **Dia das Mães:** reconhecimento e fortalecimento dos vínculos familiares e dos papéis desempenhados por seus membros, ultrapassando o conceito de consanguinidade
- **Dia dos Pais:** reconhecimento e fortalecimento dos vínculos familiares e dos papéis desempenhados por seus membros, ultrapassando o conceito de consanguinidade.
- **Projeto de resgate histórico da formação do povo brasileiro – mês da Consciência dos povos originários e mês da Consciência Negra**: Fomentar reflexões sobre a construção da sociedade brasileira que envolvam a temática sobre os povos originários, processo escravagista, racismo, discriminação, igualdade social, inclusão e cultura..
- **Natal:** proporcionar um momento de reflexão sobre a espiritualidade e sobre as escolhas de vida, além de estimular o perdão e a solidariedade. A atividade está prevista no planejamento e programação da unidade para realização na 4ª semana de dezembro.
- **Comemorações do calendário escolar**: Para acompanhar as atividades pedagógicas propostas.

OBSERVAÇÃO: Outras atividades deverão ser avaliadas pela equipe da unidade de atendimento, atentando-se para o caráter pedagógico e demandas do contexto do adolescente.

PÚBLICO-ALVO: Adolescentes, familiares e responsáveis e funcionários.
RESPONSÁVEIS: Todos os profissionais da unidade.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

54

5.4 ATIVIDADES COLETIVAS: OFICINAS ARTÍSTICAS

Descrição: As atividades culturais e artísticas, fundamentais ao desenvolvimento de habilidades motoras, emocionais e sociais são complementares ao processo de escolarização e contribuem para o aumento da autoestima e da criatividade. Com as atividades a unidade objetiva ampliar o universo cultural dos adolescentes, em cumprimento aos que está assegurado em lei por meio do Art. 124 do ECA.
PÚBLICO-ALVO: Adolescente.
RESPONSÁVEL: Equipe técnica, oficineiros (as) e equipe de segurança.

5.5 ATIVIDADES COLETIVAS COM A FAMÍLIA

DESCRIÇÃO: Promover atividades grupais na perspectiva de possibilitar a discussão sobre temáticas presentes no cotidiano do sistema socioeducativo e da conveniência das famílias de adolescentes em conflito com a Lei, bem como de propiciar espaços de diálogo e de trocas de experiências, estimulando o fortalecimento dos vínculos familiares. A metodologia utilizada para as atividades coletivas podem ser: Grupos de Trabalho, Grupos Terapêuticos, Grupos Psicoterapêuticos[17], Grupos de Aprendizagem, Grupos de Educação e Prevenção em Saúde, Oficinas Temáticas, Oficinas Pedagógicas e Culturais. Estas atividades poderão ser realizadas apenas com as famílias ou com a participação dos adolescentes.
PÚBLICO-ALVO: Adolescentes, familiares e/ou responsáveis.
RESPONSÁVEL: Equipe técnica, professores, oficineiros (as), equipe de saúde.

VI VISITAS

Durante o acompanhamento dispensado ao adolescente e seus familiares, um dos métodos de promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, bem como potencializar o estudo técnico sobre a realidade do adolescente e contexto social é a visita em suas diferentes modalidades. A vista está subdividida em ações de natureza técnica (visita domiciliar e institucional) e de garantia de direitos (visita coletiva, especial e íntima) que se trata a seguir.

6.1 VISITA DOMICILIAR

DESCRIÇÃO: Compreender a importância da realização de visita domiciliar quando da chegada do adolescente na unidade de atendimento socioeducativo; realizar levantamento da situação da família e rede de apoio socioafetiva, na perspectiva de conhecer a realidade a qual o adolescente está inserido para definir a estratégia de enfrentamento e identificar na dinâmica familiar os papéis desempenhados por seus membros, a fim de coletar informações que consubstanciem a construção e concretização do Plano Individual de Atendimento. Possibilitará ainda identificar demandas necessárias de intervenção e articulação com a rede de suporte interinstitucional, objetivando a reinserção familiar e comunitária após o cumprimento da medida cautelar e socioeducativa.

[17] Atividade realizada pelo profissional da psicologia

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

55

PÚBLICO-ALVO: Família, responsáveis, rede de apoio socioafetiva do adolescente.
RESPONSÁVEL: Equipe Técnica e Equipe de Saúde.

6.2 VISITA INSTITUCIONAL

DESCRIÇÃO: Mapear, identificar e articular ações que contribuam para concretização das metas pactuadas pelo adolescente no PIA, possibilitando a (re)inserção desse jovem ainda no cumprimento da medida cautelar ou socioeducativa, fomentando o acesso aos Órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), possibilitando o reconhecimento e exercício da cidadania, tendo como norte o princípio da **Incompletude Institucional**, observando os eixos norteadores do SINASE.
PÚBLICO-ALVO: Adolescente, família e/ou responsáveis.
RESPONSÁVEL: Equipe Técnica e Equipe de Saúde.

6.3 VISITA ESPECIAL

DESCRIÇÃO: Promover o resgate e o fortalecimento do vínculo afetivo entre adolescente e família, quando por motivos maiores, não puder comparecer regularmente às visitas coletivas da unidade. Essa modalidade de visita deve ser avaliada/indicada pela equipe técnica, inclusive quando das possiblidades de inserção na visita coletiva trouxerem prejuízo ao adolescente e à família. Poderá ocorrer com ou sem a presença de um técnico.
PÚBLICO-ALVO: Adolescente, família e/ou responsáveis.
RESPONSÁVEL: Equipe Técnica.

6.4 VISITA COLETIVA

DESCRIÇÃO: Ofertar condições para o fortalecimento do vínculo familiar entre o adolescente e a família em espaço coletivo e semanal, conforme estabelecido pelos documentos norteadores ECA e SINASE. Deve-se respeitar os critérios pactuados institucionalmente buscando analisar o perfil do adolescente. O procedimento deve ser uma ação articulada entre todo o corpo funcional que compõe a unidade de atendimento socioeducativo; Promover acolhimento às famílias e avaliar as particularidades de cada caso como idade, condição física, orientação religiosa (considerando o princípio da laicidade, previsto na Constituição Federal do Brasil de 1988) entre outros. É de fundamental importância o contato entre a equipe técnica da unidade de atendimento socioeducativo e o poder público, Conselhos Tutelares e outros equipamento da assistência social para garantir a locomoção de familiares; Propiciar espaço adequado e devidamente preparado (estrutura física, material de suporte, limpeza do ambiente) para o acontecimento da visita de forma acolhedora; Disponibilizar suporte logístico e de material necessário. Monitorar a entrada e saída dos familiares/responsáveis através de cadastro e conferência de documentação; monitorar o momento da visita na perspectiva de garantir segurança de todos os envolvidos. Realizar revista pessoal e de pertences, bem como acompanhar a entrada dos familiares/responsáveis, conduzir os adolescentes para visita e retorno aos alojamentos quando do encerramento da visita.
PÚBLICO-ALVO: Adolescente e familiares.
RESPONSÁVEL: Equipe técnica, equipe de segurança e equipe diretiva.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

56

6.5 VISITA ÍNTIMA

DESCRIÇÃO: Garantir ao adolescente em privação de liberdade, dos sexos feminino e masculino, o direito à visita íntima[18] na perspectiva de fortalecimento dos vínculos afetivos e exercício do direito sexual e reprodutivo. **Ações:** Realizar os testes rápidos IST/AIDS, acompanhar e monitorar o(a) adolescente em visita íntima; encaminhar o(a) companheiro(a) para realização de teste rápido IST/AIDS nos Centros de Testagens e Aconselhamentos (CTAs)[19]; realizar ações planejadas, com periodicidade bimestral, de atenção à saúde sexual e reprodutiva e prevenção de infecções sexualmente transmissíveis para adolescentes e companheiros(as). OBSERVAÇÃO: Esta modalidade de visita está prevista para medida de Internação
PÚBLICO-ALVO: Adolescentes e companheiros(as).
RESPONSÁVEL: Equipe técnica, equipe de saúde e equipe de segurança.

VII DESLIGAMENTO INSTITUCIONAL

7.1 ADMINISTRATIVO

DESCRIÇÃO: Preparar a guia de desligamento, contendo dados sobre o adolescente e o seu responsável legal assim como a informar sobre a decisão judicial, coletar assinaturas do adolescente e/ou do seu responsável. Reunir e entregar objetos pessoais que foram guardados ao ingressar na Unidade.
PÚBLICO-ALVO: Adolescentes.
RESPONSÁVEL: Equipe administrativa.

7.2 TÉCNICO

DESCRIÇÃO: Encaminhar documentos originais pertencente ao adolescente (RG, CPF, Certidão de Nascimento, Reservista, Título Eleitoral, Carteira Profissional e senha de acesso ao sistema .GOV, certificados de participação em cursos profissionalizantes, cartão de conta bancária, notas fiscais de aparelhos eletroeletrônicos, entre outros), caso tenha completado a maior idade, ou ao seu responsável caso contrário. Na aplicação de medida privativa de liberdade, repassar os documentos elaborados durante a permanência do adolescente na Unidade (PIA, Relatórios, documentos pessoais original ou cópia) para os profissionais da Unidade que irão recebê-lo, outrossim, em caso de progressão para medida em meio aberto ou extinção, encaminhar a Ficha de Referência ao Programa de Egressos. Informar e solicitar à escola na qual o adolescente estiver matriculado a declaração/transferência na brevidade possível. Fazer contato e entregar o documento escolar protocolado à família e/ou responsável. Quando o adolescente receber regressão de medida, avaliar com a equipe pedagógica sobre a necessidade ou não de desvincular o socioeducando da escola de origem, considerando o prazo para final do semestre/ano letivo. Caso permaneça deverá ser encaminhada comprovação de matricula. Quando o semestre finalizar, encaminhar a transferência para vinculá-lo à escola de referência da unidade; Realizar o desligamento do

[18] Projeto de Visita Íntima em anexo.
[19] Fluxo CTA em anexo.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

57

adolescente no Sistema SIPIA/SINASE e encaminhar as informações necessárias para o Administrador Estadual do Sistema (ADE), a fim de que seja encerrado ou transferido o cadastro; Encaminhar o adolescente e/ou familiar/responsável para Unidade de Saúde de Medidas Socioeducativas da Fundação Renascer para providencias relativas à saúde.
PÚBLICO-ALVO: Adolescentes.
RESPONSÁVEL: Equipe Técnica.

7.3 SEGURANÇA

DESCRIÇÃO: Entregar objetos pessoais e/ou eletroeletrônicos pertencentes ao socioeducando que estiverem no alojamento. Realizar revista pessoal do adolescente, conduzindo-o aos espaços institucionais pertinentes para garantir o desligamento conforme o fluxo estabelecido.
PÚBLICO ALVO: Adolescentes.
RESPONSÁVEL: Equipe de Segurança.

7.4 SAÚDE

Descrição: Realizar desligamento do adolescente no que concerne ao acompanhamento na perspectiva de que possa prosseguir na promoção, prevenção e tratamento de saúde. Entregar os documentos de saúde e informar sobre possíveis agendamentos. Informar sobre possíveis agendamentos de consultas, vacinas e exames, bem como orientar sobre continuidade do uso de medicação caso esteja em tratamento. Registrar no prontuário sobre o desligamento e orientações realizadas. Em situações que o adolescente for encaminhado para unidade de atendimento socioeducativo desta fundação, deverá ser realizado interlocução com a equipe técnica da Unidade sobre os procedimentos de saúde realizados e agendamentos.
PÚBLICO-ALVO: Adolescentes e familiares/responsáveis.
RESPONSÁVEL: Equipe de saúde.

7.5 ARQUIVAMENTO E ORGANIZAÇÃO DE PRONTUÁRIO

DESCRIÇÃO: As informações coletadas no acompanhamento realizado com o adolescente, seja em nível administrativo, técnico ou de saúde, arquivados no prontuário, devem estar padronizados e em consonância com o atendimento individualizado e o plano individual do adolescente - PIA. Para tanto, a organização dessas informações deve resguardar o sigilo em diferentes níveis de acesso, seguindo as regulamentações técnicas[20] profissionais das áreas envolvidas no acompanhamento. É de fundamental importância garantir a horizontalidade na socialização das informações e dos conhecimentos em equipe multiprofissional, evitando a hierarquização desses saberes, a fim de garantir a construção conjunta e articulada sobre o adolescente. A organização dos instrumentais no prontuário do adolescente, é de responsabilidade de todos que compõem a equipe. É salutar manter a ordem das cópias de todos documentos, evitando assim a perda de informações que devem acompanhar o adolescente quando do seu desligamento para outra unidade socioeducativa. No tocante ao registro no prontuário deve atentar-

[20] Título II, Art. 2º § d da Lei 8.662/93; Resolução 010/05 do Art. 9º, 12º e 14º Das responsabilidades do Psicólogo; Lei 9394/96, Cap. V, Art. 5º; Resolução CFP nº 001/2009, Resolução CFP nº 07/2003.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

58

se que todos os procedimentos (acolhimento, atendimentos, abordagens, encaminhamentos, participação em atividades entre outros) necessitam de registro imediato afim de que sejam preservadas as informações bem como deve ser desprezado o uso de outros espaços de registro que não estão legitimados institucionalmente, exceto aqueles de uso exclusivo da Psicologia, resguardando o direito à informação segura e sigilosa. Em caso de desligamento, o prontuário do adolescente com todos os documentos e informações pessoais e relativa à medida aplicada deverá ser arquivada em local seguro até que seja atingida a maioridade (21 anos) nos arquivos do setor técnico. A documentação original, caso não seja entregue ao adolescente ou seu responsável, nos casos de evasão, deverão ser entregues e protocolados ao referido e seus familiares.
PÚBLICO ALVO: Adolescente.
RESPONSÁVEIS: Administrativo e técnico.

VIII. JUSTIÇA RESTAURATIVA

O conceito de Práticas Restaurativas baseia-se na Justiça Restaurativa, podendo conceituá-lo como diferentes ferramentas que possibilitam um espaço de diálogo, contribuindo de forma efetiva para a reparação de danos, restauração de vínculos, promoção de responsabilização, permitindo integração e pacificação comunitária, prevenir violências, estabelecer valores e cuidados mútuos, dirimir conflitos, construir a cultura de paz (respeito, diálogo, cuidado, acolhida e outros), com os princípios norteadores devem respeitar a corresponsabilidade, reparação de danos, atendimento às necessidades de todos os envolvidos, a informalidade, a voluntariedade, a imparcialidade, a participação, o empoderamento, a consensualidade, a confidencialidade, a celeridade e a urbanidade.

A justiça restaurativa na socioeducação irá integrar na rotina das equipes, instrumentais que agregam elementos restaurativos onde possibilitará aplicar a metodologia para construção dos instrumentais avaliativos – Plano de Atendimento Individual – PIA, avaliação de medida, realização de círculos de diálogos, acolhimento, celebração, discussão de temáticas que possibilitem a ressignificação do processo socioeducativo do adolescente, grupos com as famílias, círculo de resolução de conflito, além de diversas possibilidades.

A partir da metodologia da justiça restaurativa configura-se como possibilidade para construção do projeto de vida do adolescente e o enfrentamento de suas

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

Nº 59

fragilidades, possibilitando a reconstrução de vínculos familiares, comunitários e social.

IX INCOMPLETUDE INSTITUCIONAL

Como modo de garantir o acesso do adolescente aos recursos comunitários e sociais, mesmo em cumprimento de medida socioeducativa, há de se reconhecer a imperativo empenho na interlocução da política de atendimento socioeducativo com as demais políticas públicas, repelindo a lógica da instituição total. Para tanto, o ECA em seu artigo 86, pauta a incompletude institucional, caracterizada pela utilização do máximo possível de serviços na comunidade, corresponsabilizando as políticas públicas setoriais no atendimento aos adolescentes privados de liberdade. As atividades socioeducativas, portanto, carecem de se estruturar na lógica integrativa com os espaços externos à própria instituição, a fim de incluir o adolescente em experiências significativas de socialização e vinculação aos serviços existentes na comunidade.

Os parâmetros norteadores da ação e gestão pedagógicas para as entidades e/ou programas de atendimento que executam a internação provisória e as medidas socioeducativas devem propiciar ao adolescente o acesso a direitos e às oportunidades de superação de sua situação de exclusão, de ressignificação de valores, bem como o acesso à formação de valores para a participação na vida social, vez que as medidas socioeducativas possuem duas dimensões: uma dimensão jurídico-sancionatória e uma dimensão substancial ético-pedagógica. Seu atendimento deve estar organizado observando o princípio da incompletude institucional.

Assim, a inserção do adolescente nas políticas públicas torna-se meio de garantir oferta e acesso a serviços que o referido tem direito e que faz parte das pactuações e metas propostas no Plano Individual de Atendimento. Com isso, mais uma vez reafirmamos a importância da elaboração e articulação do PIA, através da equipe de trabalho junto ao adolescente e família. Vale ressaltar que essa competência de elaborar e articular o plano de atendimento de cada adolescente junto ao demais entes institucionais é da equipe técnica vinculada à instituição executora

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

60

das medidas. É por meio do PIA que se estabelecem os parâmetros para o trabalho com cada adolescente, implicando na articulação conjunta de todas as instituições integrantes do SINASE, com atuação no caso concreto.

Cabe ainda salientar que as intervenções voltadas ao atendimento socioeducativo devem pautar-se na direção da proteção integral do adolescente legitimando-o enquanto sujeito de sua história e não abstendo do reconhecimento sancionatório e responsabilizador da privação de liberdade. Ultrapassar o viés do cumprimento da medida socioeducativa pelo ato infracional, proporciona compreender e possibilitar o comprometimento de todos os atores envolvidos no processo de construção de novas perspectivas de objetivação da vida do adolescente em sociedade.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

61

CADERNO DE ORIENTAÇÕES PARA EXECUÇÃO DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM UNIDADES DE INTERNAÇÃO DO ESTADO SERGIPE

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

62

INTRODUÇÃO

As medidas socioeducativas estabelecidas pelo ECA – Estatuto da criança e do adolescente, reúnem um conjunto ordenado de direitos e deveres do adolescente no que concerne à prática do ato infracional, podendo ser aplicada pelo órgão competente de forma progressiva, desde a advertência até medida privativa de liberdade.

A Fundação Renascer do Estado de Sergipe é a instituição estadual competente e designada pela execução das medidas socioeducativas *restritivas de liberdade* (semiliberdade), *privativas de liberdade* (Internação) e pela *medida cautelar* (internação provisória), todas voltadas para o público masculino e feminino, observando os desdobramentos atuais que as questões de gênero requerem.

Nesse passo, relativo **a internação** o artigo 21 do ECA regula que "a medida socioeducativa de internação se constitui como uma medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, aplicadas pelo Poder Judiciário aos adolescentes entre 12 e 18 anos autores de atos infracionais".

Como apresentado nas linhas anteriores, a medida de internação está condicionada a três princípios (Cardoso, 2006; Costa, 2006 a; Costa, 2006b):

a) Princípio da Brevidade, por meio do qual se procura abreviar o tempo de privação da liberdade e gerar condições para o adolescente progredir para outra medida menos institucionalizante. Reconhece-se que segregar socialmente alguém não é a melhor teoria para fomentar a reintegração social. O prazo da internação deve ser reavaliado periodicamente, no máximo a cada 6 meses, a partir de critérios como a gravidade da infração, a conduta e as evidências cotidianas de que o adolescente tem correspondido ao atendimento e intervenções da unidade socioeducativa. A duração máxima da internação é de três anos e a desinternação é compulsória quando o jovem atinge 21 anos de idade.

b) Princípio da Excepcionalidade, por meio do qual se consideram outras medidas socioeducativas antes de decidir pela internação. A decisão pela internação somente deve ocorrer em último caso, quando não há outra medida

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

63

mais adequada, com base nos critérios citados anteriormente. Além disso, a internação integra um conjunto de medidas socioeducativas, que deve funcionar de forma articulada. A internação somente se justificaria quando se busca, por curto tempo, interromper um ciclo de delinquência. A regra, portanto, é aplicação de medida em meio aberto, devendo a internação ser utilizada excepcionalmente.

c) Princípio do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, por meio do qual se respeita a etapa de desenvolvimento do adolescente e sua capacidade de compreender e responder às limitações de uma internação, reconhecidas por áreas que estudam o ser biológico e o ser social.

Assim, a legislação reafirma que a internação deve ser aplicada como última estratégia no escalonamento do sistema socioeducativo na responsabilização conferida ao adolescente transgressor. Deve possuir obrigatoriamente um caráter educativo, de modo que a dimensão educativa prevaleça sobre a sancionatória para favorecer o desenvolvimento pessoal e social do adolescente, buscando assegurar aos jovens o cuidado integral, garantindo-lhes ações institucionais de proteção, educação, profissionalização, esporte, lazer, dentre outras, visto que o aprisionamento por si só já significa o caráter punitivo da medida.

O Artigo 185 do Estatuto ainda preceitua que "A internação decretada ou mantida pela autoridade judiciária não poderá ser cumprida em estabelecimento prisional". Infelizmente, tem sido recorrente encontrar pelo país parte dos adolescentes sob medida socioeducativa em privação de liberdade presos em celas e sem atendimento personalizado, ou outros espaços, com a justificativa da superlotação, dentre outros fatores.

Garantidas as condições estruturais de espaço físico, os adolescentes devem ser separados por idade, compleição física e gravidade da infração. As atividades, internas e externas, devem ser adequadas ao desenvolvimento pessoal e social do adolescente internado, bem como favorecer a construção do seu projeto de vida, além de não desconsiderar os vínculos familiares e comunitários e as particularidades da trajetória de cada jovem internado.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

O Estatuto em seu Artigo 124, item "V", ainda esclarece que o adolescente privado da liberdade deve ser "tratado com respeito e dignidade", e no Artigo 125, que é "dever do Estado zelar pela integridade física e mental dos internos, cabendo-lhes adotar as medidas adequadas de contenção e segurança". O não cumprimento de muitos princípios legais estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente dificulta a ressocialização desse adolescente.

A Constituição Federal brasileira e o ECA entendem que a melhor forma de atendimento aos adolescentes é um conjunto articulado de ações em rede que mobilize os diversos atores sociais e institucionais, tanto do setor público como do setor privado (ILANUD, 2004). A incompletude institucional evidencia a doutrina da proteção integral do ECA e do Sistema de Garantia de Direitos, limitando a privação da liberdade, a segregação e a assistência totalizante.

Para efetivação e garantia dos direitos aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa, faz-se mister reunir e operacionalizar processos de trabalho que possibilitem o atendimento de forma intencional, qualitativa, articulada fomentando o protagonismo desse adolescente enquanto sujeito de direito e sujeito de sua história.

II – PREMISSAS DO ACOMPANHAMENTO AO ADOLESCENTE

Os procedimentos elencados neste item compões a práticas primários e inicial de todo atendimento socioeducativo. Apesar de não serem superiores aos demais processos descritos neste caderno, é essencial que a comunidade socioeducativa compreenda que o Plano Individual de atendimento – PIA, a Utilização do SIPIA /SINASEweb e a abordagem individual ao adolescente e família são práticas centrais que fortalecerão a (re)construção do projeto de vida do adolescente.

2.1 PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO (PIA)

DESCRIÇÃO: A elaboração do Plano Individual de Atendimento – PIA, constitui-se numa importante ferramenta para o acompanhamento da evolução pessoal e social do adolescente e na conquista de metas e compromissos pactuados com ele e sua família durante o cumprimento da medida. O PIA deve ser redigido detalhadamente, evidenciando as metas a serem alcançadas e o compromisso de todos os atores envolvidos nesse acompanhamento para a viabilização do plano, e deve ser elaborado no prazo de até quarenta e cinco (45) dias da data do ingresso do adolescente na unidade. Este documento deve ser enviado ao Juizado da Infância e

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

65

Juventude para homologação e acompanhamento da execução da medida socioeducativa, para que na ocasião do relatório avaliativo, o Juízo de Direito esteja a par do desenvolvimento do processo socioeducativo, obtendo elementos substanciais para proferir sua decisão. O acesso ao Plano é restrito ao diretor da unidade, à equipe técnica referenciada, ao adolescente e seus pais ou responsáveis, ao Ministério Público e ao Defensor Público, exceto expressa autorização judicial para outrem. A responsabilidade pelo encaminhamento do PIA ao Juízo, no entanto, é da equipe técnica da Unidade, via direção geral. O seu preenchimento deverá ser realizado [17]prioritariamente no sistema **SIPIA SINASE/Web**

PÚBLICO ALVO: Adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação

RESPONSÁVEL: Equipe Técnica de referência do adolescente.

2.2 UTILIZAÇÃO DO SIPIA/SINASE Web

DESCRIÇÃO: O SIPIA/Sinase é um sistema de informações composto por telas, que deverão ser incluídas e alimentadas pelos servidores das Unidades de Atendimento. São elas:

- **CADASTRO DO ADOLESCENTE**: Esta tela pode ser visualizada por todos os Estados que utilizam o sistema, contém dados básicos do adolescente.
- **ATENDIMENTO INICIAL/INTERNAÇÃO PROVISÓRIA**: Refere-se ao acolhimento do adolescente. Nela podemos inserir dados mais detalhados da vida do referido. Sobre o adolescente, pois contém as informações primárias, nas Unidades de Atendimento de Internação e Semiliberdade é chamada de ACOLHIMENTO. Nas unidades de Internação Provisória, será utilizada como registro dos dados desta medida cautelar, provisória. É a partir dela que são gerados os dados estatísticos, e por isso seu preenchimento correto e completo é imprescindível.
- **ATENDIMENTO MEDIDA**: Utilizada para registrar os dados sobre a medida socioeducativa, vinculando o adolescente à medida e à unidade.
- **REGISTRO DE ACOMPANHAMENTO TÉCNICO INTERDISCIPLINAR:** Conhecido por evolução são os registros diários dos adolescentes.
- **PIA:** instrumental do Plano de Individual de Atendimento. Constitui-se numa importante ferramenta no acompanhamento da evolução pessoal e social do adolescente e na conquista de metas e compromissos pactuados com ele e sua família durante o cumprimento da medida socioeducativa.

OBS1: Todas as fichas presentes no sistema, deverão ser utilizadas no modo off line quando da impossibilidade do uso da rede de internet; as fichas preenchidas deverão ser encaminhadas junto com prontuário do adolescente para a unidade de destino no caso de progressão ou regressão de medida socioeducativa, cabendo ao técnico realizar o desligamento do adolescente e encaminhar as informações necessárias para o Administrador Estadual (**ADE**) realizar a transferência de unidade.

OBS2: O preenchimento e inserção dos dados no sistema, presentes nas fichas, é de responsabilidade da equipe técnica de referência do adolescente, coletando as

[17] Mediante a impossibilidade do uso do Sistema SIPIA/SINASE Web, a equipe deverá utilizar a Ficha do PIA em modo físico (**Off Line**) a fim de garantir o direito ao adolescente de ter seu Plano encaminhado no prazo determinado.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

informações do acompanhamento de modo articulado com os demais profissionais que compõe o atendimento socioeducativo.
PÚBLICO ALVO: Adolescentes.
RESPONSÁVEL: Equipe técnica.

2.3 ABORDAGEM INDIVIDUAL AO ADOLESCENTE E A FAMÍLIA /RESPONSÁVEL

DESCRIÇÃO: Todo e qualquer contato com o adolescente e/ou familiar que possibilite orientação, repasse e/ou coleta de informações para que os setores responsáveis tenham ciência e sejam tomadas providências cabíveis. Faz-se mister que toda e qualquer informação seja compartilhada na perspectiva de atentar-se as demandas e situações elencadas, respeitando as especificidades e ética profissional.
PÚBLICO ALVO: Adolescentes e familiares.
RESPONSÁVEL: Todos os profissionais da Unidade de Atendimento.

III – ROTINAS DA INTERNAÇÃO SOCIOEDUCATIVA

3.1 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL AO ADOLESCENTE

3.1.1 ADMINISTRATIVO

DESCRIÇÃO: Recepcionar o adolescente, bem como a autoridade que o acompanhe quanto a verificação da documentação necessária e indispensável para entrada na unidade: Ofício, Mandado de internação, Relatório de Constatação de Lesões (IML) e Documento de Identificação Pessoal. Após a verificação processual a documentação original do adolescente deverá ser encaminhada para o setor técnico. O socioeducandos por sua vez, em posse do seu kit pessoal, deverá ser encaminhado para procedimentos da equipe de segurança .
PÚBLICO ALVO: Adolescentes oriundos da Unidade de Internação Provisória, da Semiliberdade, DEPCA e outras delegacias, 17ª Vara e Comarcas do interior do Estado.
RESPONSÁVEL: Equipe administrativa.

3.1.2 TÉCNICO

DESCRIÇÃO: Acolher o adolescente a fim de orientá-lo acerca do funcionamento [rotina], normas e procedimentos da unidade, apresentar a legislação pertinente, bem como seus direitos e deveres durante o cumprimento da medida. Já na primeira entrevista individual, o diferencial da escuta qualificada deve prevalecer. Verifica-se a situação da documentação civil do adolescente para os devidos encaminhamentos a políticas setoriais e é iniciado o preenchimento da **Ficha de Atendimento Inicial**, presente no sistema SIPIA/SINASE Web. Em seguida, o profissional encaminhará o adolescente para a avaliação admissional na Unidade de Saúde da Renascer, através do preenchimento da **Ficha de Referência e de Contra Referência**. E, ainda, deverá informar a família e/ou Conselho Tutelar quanto a admissão do mesmo, caso estes não tenham conhecimento ou não estejam no momento do ingresso do adolescente na unidade.
PÚBLICO ALVO: Adolescentes oriundos da DEPCA e outras delegacias.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

67

RESPONSÁVEL: Equipe técnica: assistente social, psicólogo (a), pedagogo (a) e advogado (a).

3.1.3 SAÚDE

DESCRIÇÃO: Receber demanda de acompanhamento do adolescente da equipe técnica da unidade de origem e realizar o atendimento inicial de saúde no prazo máximo de 5 dias do acolhimento inicial na unidade de origem, com o objetivo conhecer o histórico de saúde do adolescente, identificar demandas para promoção, prevenção e tratamento de saúde; Obter informações referentes as condições físicas do adolescente (ex.: peso, altura, PA), a fim de avaliar as necessidades de inserção nas agendas específicas do acompanhamento da saúde, recomendação para encaminhamento a rede SUS para realização de exames e atendimento a especialidades, bem como também garantir a realização dos testes rápidos DST/AIDS*. Abertura do prontuário de saúde do adolescente para registro individualizado, e remeter a **Ficha de Referência e de Contra Referência** para a unidade de origem. *Procedimento realizado por profissional de saúde habilitado pela SMS.
PÚBLICO ALVO: Adolescentes encaminhados pela unidade de Internação Provisória.
RESPONSÁVEL: Enfermeiro(a), médico(a), odontólogo(a), assistente social e psicólogo(a).

3.1.4 SEGURANÇA

DESCRIÇÃO: Após admitido pelo administrativo, realizar o procedimento de revista pessoal, preenchimento da ficha de cadastro da segurança e identificar o perfil do adolescente para alocação no alojamento mais adequado, analisando a situação de risco e da natureza do ato infracional. Além disso, informar sobre procedimentos de normas, de convivência e de segurança institucional e encaminhar para a equipe técnica imediatamente.
PÚBLICO ALVO: Adolescentes oriundos da DEPCA e outras delegacias.
RESPONSÁVEL: Coordenadores de segurança, supervisores de segurança e equipe de segurança.

3.2 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL À FAMÍLIA

3.2.1 ADMINISTRATIVO

DESCRIÇÃO: Recepcionar em caso excepcional (caso não tenha membro da equipe técnica na unidade) a família do adolescente. Abordar brevemente sobre o funcionamento e rotina da unidade, bem como prestar informações primárias acerca da situação processual do adolescente, e encaminhar para equipe técnica.
PÚBLICO ALVO: Familiares e responsáveis
RESPONSÁVEL: Equipe administrativa.

3.2.2 TÉCNICO

DESCRIÇÃO: Recepcionar e orientar a família acerca do funcionamento [rotina], procedimentos da unidade, apresentar a legislação pertinente, bem como seus

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

direitos e deveres enquanto responsável legal do adolescente autor do ato infracional. Utiliza-se de entrevista individual para complementar as informações do preenchimento da **Ficha de Atendimento Inicial**, instrumental presente no sistema SIPIA/SINASE Web. Orientar quanto a situação processual no que lhes couber. Analisar brevemente o contexto familiar para cadastrar e autorizar a entrada de visitantes, e orientar os familiares sobre normas e procedimentos de visita.
PÚBLICO ALVO: Familiares e responsáveis.
RESPONSÁVEL: Equipe técnica: assistente social, psicólogo (a), pedagogo (a) e advogado (a).

3.2.3 SAÚDE

DESCRIÇÃO: Realizar atendimento inicial a família do (a) adolescente, na perspectiva de identificar demandas de acordo com a histórico de saúde familiar. Registrar atendimento no prontuário de saúde do adolescente, Livro de Ocorrência da Saúde, e, ainda, contra referenciar a unidade de origem, através da **Ficha de Referência e Contra referência**. Na ausência dos profissionais responsáveis para realização do atendimento, os demais membros da equipe deverão realizar atendimento informativo sobre a situação de saúde do adolescente, devendo comunicar aos profissionais responsáveis pela ação sobre o atendimento e registrar no livro de ocorrência da saúde e no prontuário de saúde do adolescente.
PÚBLICO ALVO: Familiares e responsáveis.
RESPONSÁVEL: Equipe de saúde: enfermeiro (a), auxiliar/técnico de enfermagem, médico (a), assistente social, psicólogo (a).

3.2.4 SEGURANÇA

DESCRIÇÃO: Recepcionar o familiar e/ou responsável verificando a vinculação com o adolescente; encaminhar para a equipe técnica e em caso de posterior contato com o adolescente deverá ser realizada a revista pessoal. Caso o familiar apresente materiais de uso pessoal do adolescente deve-se realizar revista nos pertences. Além disso, informar sobre procedimentos de segurança e normas de convivência institucional. Registrar no Livro de Ocorrência da Segurança.
PÚBLICO ALVO: Familiares e/ou responsáveis.
RESPONSÁVEL: Coordenadores de segurança, supervisores de segurança e demais membros da equipe de segurança.

IV – ATENDIMENTO

4.1 ATENDIMENTO INDIVIDUAL AO ADOLESCENTE

4.1.1 ADMINISTRATIVO

DESCRIÇÃO: Atender o adolescente em questões administrativas relativas ao suprimento de material, ou ainda, em casos excepcionais quando não tiver membro da equipe técnica na unidade, acolher a demanda do adolescente e imediatamente encaminhar as equipes responsáveis.
PÚBLICO ALVO: Adolescente.
RESPONSÁVEL: Equipe administrativa.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

69

4.1.2 TÉCNICO

DESCRIÇÃO: Realizar escuta qualificada do adolescente, da sua história de vida e de seus projetos pessoais, bem como acompanhar o adolescente durante o período da internação provisória, provocando o desenvolvimento pessoal e social no cumprimento da medida cautelar de privação de liberdade. Além de estimular a reflexão sobre o cometimento do ato infracional e suas consequências; a leitura crítica e autônoma de si mesmo e do mundo a sua volta e a ressignificação de valores morais e éticos, incentivando-o a enfrentar dificuldades e a resolver situações – problema com vistas a reconstrução do seu projeto de vida. Regularizar a documentação do adolescente visando garantir seus direitos civis durante o cumprimento da medida. Utiliza-se da técnica de escuta qualificada, entrevista dialogada e aplicação de instrumentos específicos para o processo socioeducativo, respeitando as particularidades de cada área de atuação envolvida nesse processo. Inserir e acompanhar os adolescentes na oferta de atividades presentes na rotina da unidade, atrelando ao plano individual de atendimento a partir das habilidades, aptidões e interesses apresentados pelo adolescente, dentre elas: Ensino Regular[18], profissionalização, oficinas pedagógicas, datas comemorativas, entre outras. Durante esse processo dar-se-á a construção da Ficha de Atendimento Inicial contido no SIPIA e posteriormente o Relatório situacional, quando solicitado. No que se refere ao prazo de regularidade para realização de atendimento individual prever-se um prazo máximo de 15 dias entre os atendimentos individualizados, considerando ainda a solicitação do adolescente ou por encaminhamento de profissional de outras áreas.
PÚBLICO ALVO: Adolescentes.
RESPONSÁVEL: Equipe técnica: assistente social, psicólogo (a), pedagogo (a) e advogado (a).

4.1.3 SAÚDE

DESCRIÇÃO: Realizar o atendimento, acompanhamento e monitoramento da saúde integral do (a) adolescente através das demandas encaminhadas pela equipe técnica da unidade de referência ou pela demanda espontânea colhida no ato da visita ou atendimento do adolescente, possibilitando garantir o seu desenvolvimento biopsicossocial através de ações de promoção de saúde, ações e práticas educativas e ações de assistência à saúde. Deverá ser realizado registro em tempo hábil, a fim de preservar as informações e socializar com a equipe, no prontuário de saúde do adolescente, bem como deverá ser emitida **Ficha de Referência e Contra referência** para Unidade de origem, além de registrar no Livro de Ocorrência. Ações de promoção, prevenção e tratamento: 1. Acompanhamento do desenvolvimento físico e psicossocial; 2. Imunização; 3. Saúde sexual e reprodutiva; 4. Saúde bucal; 5. Saúde mental; 6. Controle de agravos; 7. Assistência à vítima de violência; 8.Internamento provisório do (a) adolescentes pós alta hospitalar (*) O atendimento prestado deverá observar as legislações pertinentes ao direito universal e integral a saúde, bem como os níveis de acesso através das redes de

[18] A temática Ensino Regular, será discorrida no ponto Articulação com a rede, eixo Educação (vide pg____)

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

70

atenção (básica, média e alta complexidade), devendo ser encaminhados aos serviços de acordo com a avaliação/necessidade identificada pelos profissionais de saúde para as Unidades de saúde e urgência e emergência referenciada à época, pela rede assistencial (*) possibilitar acompanhamento do (a) adolescente em situação de alta hospitalar após realização de procedimentos cirúrgicos, ou ainda quando a complexidade no agravo do tratamento de saúde necessitar.
PÚBLICO ALVO: Adolescente.
RESPONSÁVEL: Equipe de saúde, equipe técnica da Unidade de Atendimento Socioeducativo, equipe de segurança

4.1.4 SEGURANÇA

DESCRIÇÃO: Compreender que neste caso, entende-se atendimento como a abordagem e orientação na convivência da comunidade socioeducativa e no desenvolvimento da rotina institucional, considerando as particularidades de cada indivíduo, bem como a ética profissional no que tange aos aspectos que se desdobram desde o sigilo das informações coletadas até o compartilhamento destas a quem de interesse; Atender o adolescente em questões relativas à segurança no tocante a garantia da conivência pacífica e de sensação de segurança nas dependências das unidades, primando pelo cumprimento de procedimentos de segurança já estabelecidos, a exemplo de revista e transferências de alojamentos. Em casos excepcionais quando não tiver membro da equipe técnica na unidade, acolher demanda do adolescente e imediatamente encaminhar as equipes responsáveis.
PÚBLICO ALVO: Adolescente.
RESPONSÁVEL: Coordenadores de segurança, supervisor de segurança e equipe.

4.1.5 REPRESENTANTES DO SISTEMA DE GARANTIAS DE DIREITO

DESCRIÇÃO: Possibilitar ao adolescente o atendimento pelos representantes dos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, mediante apresentação de documentação comprobatória, conforme procedimentos de segurança, garantindo a integridade do adolescente conforme previsto pelo ECA. Os representantes que poderão realizar o atendimento são:

- 17ª Vara Cível (NUTEC, NUAP e Oficiais de Justiça/Executores de Mandados), representantes, representantes da, representantes das Comarcas dos municípios do interior do Estado;
- Ministério Público e seus representantes;
- Defensoria Pública;
- Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
- Coordenadoria da Infância e Juventude;
- Corregedoria do Poder Judiciário do Estado;
- Advocacia Geral da União;
- Advogado processualmente constituído pela família e/ou responsável legal do adolescente, devidamente identificado e apresentando documento comprobatório quanto a representação;

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

71

- A Polícia Civil, devidamente identificada, para realizar oitiva do adolescente acompanhando por um profissional da unidade, quando da realização de procedimento investigativo;
- Os Conselhos de Direito: Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar e representantes dos Conselhos de Direitos Humanos em todas as suas esferas e conselhos setoriais de formulação e controle de políticas públicas.

Para tanto:

- A equipe de segurança deverá realizar a condução do adolescente ao atendimento, obedecendo as normas de segurança previstas na realização do atendimento, e manter-se presente na realização destes.
- A equipe diretiva/administrativa da Unidade deverá recepcionar, conferir documentação, e orientar sobre procedimentos internos.
- A equipe técnica da Unidade deverá ser comunicada sobre o atendimento, a fim de registrar procedimento no prontuário do adolescente. Esta poderá se fazer presente quando avaliar ser pertinente no atendimento ao adolescente.

OBSERVAÇÃO: O atendimento deverá ser realizado de forma a respeitar as informações prestadas pelos presentes, em ambiente seguro e que possibilite o sigilo e proteção do adolescente em privação de liberdade ou/em cumprimento de medida socioeducativa. Ressaltamos que órgãos de defesa de direito tem o direito de avistar-se individualmente com o adolescente e para tanto as questões relativas a segurança das partes deve ser criteriosamente observada.

PÚBLICO ALVO: Comunidade socioeducativa

RESPONSÁVEL: Equipe diretiva.

4.2 ATENDIMENTO INDIVIDUAL À FAMÍLIA

4.2.1 ADMINISTRATIVO:

DESCRIÇÃO: Atender o familiar ou responsável pelo adolescente, a fim de identificar as demandas apresentadas e encaminhar aos setores competentes, bem como prestar informações sobre procedimentos administrativos da unidade.

PÚBLICO ALVO: Familiares e/ou responsáveis.

RESPONSÁVEL: Equipe diretiva.

4.2.2 TÉCNICO

DESCRIÇÃO: Possibilitar o acompanhamento do processo socioeducativo do adolescente durante o período de internação, orientar e apresentar a família sobre as possíveis decisões judiciais, seja para o cumprimento de medidas socioeducativas previstas no ECA, ou para a reinserção familiar. Utiliza-se de escuta, observação, reflexão e aplicação de instrumento específico PIA. Essa ação é realizada pela equipe técnica, com a colaboração da equipe de segurança.

PÚBLICO ALVO: Familiares e/ou responsáveis.

RESPONSÁVEL: Equipe técnica – assistente social, psicólogo (a), pedagogo (a) e advogado (a).

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

4.2.3 SAÚDE

DESCRIÇÃO: Realizar atendimento a família do (a) adolescente quando encaminhada pela equipe técnica de origem, na perspectiva de identificar demandas de acordo com a história de saúde do indivíduo. Bem como, informar sobre a condição de saúde e os procedimentos realizados ao adolescente enquanto estiver no cumprimento da medida.
PÚBLICO ALVO: Familiares e responsáveis.
RESPONSÁVEL: Enfermeiro (a), médico (a), odontólogo (a), assistente social e psicólogo

4.2.4 SEGURANÇA

DESCRIÇÃO: Compreender que neste caso, entende-se atendimento como a abordagem e orientação na convivência da comunidade socioeducativa e no desenvolvimento da rotina institucional, considerando as particularidades de cada indivíduo, bem como a ética profissional no que tange aos aspectos que se desdobram desde o sigilo das informações coletadas até o compartilhamento destas a quem de interesse; Atender a família em questões relativas à segurança no tocante a garantia da conivência pacífica e de sensação de segurança nas dependências das unidades, primando pelo cumprimento de procedimentos de segurança já estabelecidos, a exemplo de revista e transferências de alojamentos. Em casos excepcionais quando não tiver membro da equipe técnica na unidade, acolher demanda da família e imediatamente encaminhar as equipes responsáveis.
PÚBLICO ALVO: Familiares e/ou responsáveis
RESPONSÁVEL: Coordenadores de segurança, supervisor de segurança e demais membros da equipe de segurança.

V - ATIVIDADES COLETIVAS

O trabalho socioeducativo tem por princípio a convivência comunitária e todas as vicissitudes que as relações interpessoais propiciam. Em diferentes aspectos, as atividades coletivas promovem o desenvolvimento de habilidades e possibilitam espaços de reflexão e aprendizagem. Nesse contexto, estão inseridas ações com adolescentes, familiares e trabalhadores que atuam no contexto da socioeducação.

É válido ressaltar a importância da equipe de segurança em todos os processos do atendimento socioeducativo, e inclusive nas atividades de abordagem coletiva, na perspectiva de promover ambiente harmonioso, condições favoráveis e de segurança para todos os envolvidos.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

Nessa perspectiva, antes de descrever sobre as atividades coletivas faz-se necessário informar como deverá ser procedido o operativo da equipe de segurança para execução de cada ação elencada.

O sucesso de todas e quaisquer atividades coletiva, sejam elas entre os adolescentes/adolescentes, adolescentes/familiares ou adolescentes/público deverão ser envoltas pelo cumprimento integral das rotinas de segurança pré-estabelecida a exemplo de: segurança para a realização da atividade, da análise do espaço físico, do planejamento e composição da equipe de acompanhamento as atividades, do modelo de condução aos espaços, da realização de revistas pessoais do adolescente, estando atento ao comportamento das partes, dentre outros. Ao inicia e finalizar a atividade é OBRIGATÓRIA a revista pessoal do adolescente, com vistas a garantir a não entrada de materiais para o interior da unidade e em seguida a recondução para o local ensejado.

5.1 GRUPOS DE TRABALHO E OFICINAS TEMÁTICAS COM ADOLESCENTES

DESCRIÇÃO: Promover atividades grupais na perspectiva de possibilitar ao indivíduo, de forma dialética, reconhecer sua identidade como individual e social e, portanto, ampliar suas possibilidades de apreender as dimensões individuais e coletivas que participam de forma indissociável, de suas condições de vida objetivas e subjetivas, através de temáticas transversais que envolvem o contexto da adolescência; Estimular reflexão sobre os princípios básicos de convivência social e incentivá-los a desenvolver a capacidade de tomada de decisão, além de servir como espaço para que os adolescentes compartilhem seus sentimentos, ideias e opiniões. A metodologia utilizada para as atividades coletivas podem ser: Grupos de Trabalho, Grupos Terapêuticos, grupos de aprendizagem, grupos de Educação e Prevenção em Saúde, oficinas temáticas, oficinas pedagógicas e culturais.
PÚBLICO ALVO: Adolescente.
RESPONSÁVEL: Assistente social, psicólogo (a), pedagogo (a), advogado (a), professores, oficineiros (as), equipe de saúde e equipe de segurança.

5.2 ATIVIDADES CULTURAIS, DE ESPORTE E LAZER

DESCRIÇÃO: As atividades culturais, esportivas e de lazer fundamentais ao desenvolvimento de habilidades físicas e intelectuais, estão asseguradas em lei por meio do Art. 124 do ECA. Entende-se por atividades culturais: oficinas, encontros, workshops, datas comemorativas, atividades grupais e afins; por atividades de esporte: atividades físicas e esportivas de forma regular, acompanhada pelo setor de pedagogia e realizada por um professor da área; de lazer: atividades lúdicas que proporcionem a conivência sadia e coletiva, onde os adolescentes optam pela

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

participação ou não. Observe-se que neste caso a negativa para a participação nas atividades de lazer devem ser analisadas e compartilhadas com a equipe técnica. OBS: A composição das turmas, bem como o quantitativo de participantes nas atividades devem ser demandas na rotina da unidade.
Público alvo: Adolescente.
Responsáveis: Equipe técnica e equipe de segurança.

5.3 ATIVIDADES COLETIVAS: COMEMORAÇÕES DE DATAS FESTIVAS

DESCRIÇÃO: Atividades que remetem a datas comemorativas e que contribuem com o desenvolvimento de potencialidades e interesses, fortalecendo o senso de responsabilidade e participação.

- **Aniversariantes do mês [Adolescentes]** – possibilitar o fortalecimento da autoestima do adolescente e promover um momento de entretenimento e reflexão sobre a importância de projeto de vida pautado na longevidade, bem como favorecer o fortalecimento dos vínculos familiares.
- **Aniversariantes do mês [Funcionários]** –promover a integração do corpo funcional, proporcionando momento de entretenimento, buscando minimizar os efeitos da tensão e do stress, inerente ao trabalho em medidas socioeducativas.
- **Carnaval, festejos juninos dentre outras** - resgatar manifestações culturais elencadas no calendário nacional e regional, fortalecendo a vivência do adolescente, mesmo em privação, no contexto comunitário e social.
- **Páscoa** – possibilitar reflexão no que concerne ao período pascoal, respeitando a autonomia do adolescente quanto ao clero individual, buscando resgatar o sentido do renascimento.
- **Dia das Mães** – reconhecimento e fortalecimento dos vínculos familiares e dos papéis desempenhados por seus membros, ultrapassando o conceito de consanguinidade
- **Dia dos Pais** – reconhecimento e fortalecimento dos vínculos familiares e dos papéis desempenhados por seus membros, ultrapassando o conceito de consanguinidade
- **Natal** – proporcionar um momento de reflexão sobre a espiritualidade e sobre as escolhas de vida, além de estimular o perdão e a solidariedade. A atividade está prevista no planejamento e programação da unidade para realização na 4ª semana de dezembro.

OBSERVAÇÃO: Outras atividades deverão ser avaliadas pela equipe da unidade de atendimento, atentando-se para o caráter pedagógico e demandas do contexto do adolescente.

Público alvo: Adolescentes, familiares e responsáveis e funcionários.
Responsáveis: Todos os profissionais da unidade.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

75

5.4 ATIVIDADES COLETIVAS: OFICINAS ARTÍSTICAS

Descrição: As atividades culturais e artísticas, fundamentais ao desenvolvimento de habilidades motoras, emocionais e sociais são complementares ao processo de escolarização e contribuem para o aumento da auto-estima e da criatividade. Com as atividades a unidade objetiva ampliar o universo cultural dos adolescentes, em cumprimento aos que está assegurado em lei por meio do Art. 124 do ECA.
PÚBLICO ALVO: Adolescente.
Responsáveis: Equipe técnica, oficineiros(as) e equipe de segurança.

5.5 ATIVIDADES COLETIVAS COM A FAMÍLIA

DESCRIÇÃO: Promover atividades grupais na perspectiva de possibilitar a discussão sobre temáticas presentes no cotidiano do sistema socioeducativo e da conveniência das famílias de adolescentes em conflito com a Lei, bem como de propiciar espaços de diálogo e de trocas de experiências, estimulando o fortalecimento dos vínculos familiares. A metodologia utilizada para as atividades coletivas podem ser: Grupos de Trabalho, Grupos Terapêuticos, grupos psicoterapêuticos*, grupos de aprendizagem, grupos de Educação e Prevenção em Saúde, oficinas temáticas, oficinas pedagógicas e culturais. Esta atividade poderá ser realizada apenas com as famílias ou com a participação dos adolescentes. *atividade realizada pelo profissional da psicologia
PÚBLICO ALVO: Adolescentes, familiares e/ou responsáveis.
RESPONSÁVEL: Assistente social, psicólogo(a), pedagogo(a), advogado(a), professores, oficineiros(a), equipe de saúde.

VI - VISITAS

Durante o acompanhamento dispensado ao adolescente e seus familiares, um dos métodos de promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, bem como potencializar o estudo técnico sobre a realidade do adolescente e contexto social é a visita em suas diferentes modalidades. A vista está subdividida em ações de natureza técnica (visita domiciliar e institucional) e de garantia de direitos (visita coletiva, especial e íntima) que trataremos a seguir.

6.1 VISITA DOMICILIAR

DESCRIÇÃO: Realizar visita à família em até 15 dias acerca da chegada do adolescente na unidade de atendimento socioeducativo, através de busca ativa; realizar levantamento da situação socioeconômica da família e rede de apoio socioafetiva, na perspectiva de conhecer a realidade a qual o adolescente está inserido e identificar na dinâmica familiar os papéis desempenhados por seus membros, a fim propiciar informações que consubstanciarão na construção e concretização do Plano Individual de Atendimento. Possibilitará ainda identificar demandas necessárias de intervenção e articulação com a rede de suporte

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

interinstitucional, objetivando a reinserção familiar e comunitária após o cumprimento da medida cautelar e socioeducativa.
PÚBLICO-ALVO: Família, responsáveis, rede de apoio socioafetiva do adolescente.
RESPONSÁVEL: Assistente social, psicólogo(a), pedagogo(a), enfermeiro(a).

6.2 VISITA INSTITUCIONAL

DESCRIÇÃO: Mapear, identificar e articular ações que contribuam para concretização das metas pactuadas pelo adolescente no PIA, possibilitando a (re)inserção desse jovem ainda no cumprimento da medida cautelar ou socioeducativa, fomentando o acesso aos Órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), possibilitando o reconhecimento e exercício da cidadania, tendo como norte o princípio da **Incompletude Institucional**, observando os eixos norteadores do SINASE.
Público-alvo: Adolescente, família e/ou responsáveis.
Responsável: Assistente social, psicólogo(a), pedagogo(a), advogado(a) equipe de saúde.

6.3 VISITA ESPECIAL

DESCRIÇÃO: Promover o resgate e o fortalecimento do vínculo afetivo entre adolescente e familiar quando este por motivos maiores não puder comparecer regularmente às visitas coletivas da unidade. Essa modalidade de visita deve ser avaliada/indicada pela equipe técnica, inclusive quando das possiblidades de inserção na visita coletiva trouxerem prejuízo ao adolescente e a família. Poderá ocorrer com ou sem a presença de um técnico.
Público-alvo: Adolescente, família e/ou responsáveis.
Responsável: Assistente social, psicólogo (a), pedagogo (a), advogado(a).

6.4 VISITA ÍNTIMA

DESCRIÇÃO: garantir ao adolescente em privação de liberdade, do sexo feminino e masculino, o direito a visita íntima* na perspectiva de fortalecimento dos vínculos afetivos e exercício do direito sexual e reprodutivo, com suporte e acompanhamento de saúde. **Ações:** Realizar testes rápidos DST/AIDS, acompanhamento e monitoramento do adolescente em visita íntima; encaminhamento do(a) companheiro(a) para realização de teste rápido DST/AIDS nos Centros de Testagens e Aconselhamentos(CTA)**; realização de ações planejadas, com periodicidade bimestral, de atenção à saúde sexual e reprodutiva e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis para adolescentes e companheiros(as). *Projeto de Visita Íntima em anexo. **Fluxo CTA em anexo.
PÚBLICO-ALVO: adolescentes e companheiros (as).
RESPONSÁVEL: equipe técnica da unidade de internação, equipe de saúde, equipe de segurança.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

77

6.5 VISITA COLETIVA

DESCRIÇÃO: ✓ Favorecer o vínculo familiar entre o adolescente e a família em espaço coletivo e semanal, conforme estabelecido pelos documentos norteadores ECA e SINASE. Deve-se respeitar os critérios pactuados institucionalmente buscando analisar o perfil do adolescente. O procedimento deve ser uma ação articulada entre todo o corpo funcional que compõe a unidade de atendimento (inicial) socioeducativo, visando a garantia do direito à convivência familiar. ✓ Promover acolhimento às famílias e avaliar as particularidades de cada caso como idade, condição física, orientação religiosa entre outros. É de fundamental importância o contato entre a equipe técnica da unidade de atendimento (inicial) socioeducativo junto ao poder público, Conselhos Tutelares e outros organismos da assistência social para garantir a locomoção dos familiares. ✓ Propiciar espaço adequado e devidamente preparado (estrutura física, material de suporte, limpeza do ambiente) para o acontecimento da visita de forma acolhedora; ✓ Disponibilizar suporte logístico e de material necessário. Monitorar a entrada e saída dos familiares/responsáveis através de cadastro e conferência de documentação; ✓ Monitorar o momento da visita na perspectiva de garantir segurança de todos os envolvidos. Realizar visita pessoal e de pertences, bem como acompanhar desde a inserção dos familiares/responsáveis, revista e condução dos adolescentes para visita e retorno aos alojamentos e encerramento da visita.
PÚBLICO-ALVO: Adolescente e familiares
RESPONSÁVEL: Equipe técnica, equipe de segurança e equipe diretiva

VII - DESLIGAMENTO INSTITUCIONAL

7.1 ADMINISTRATIVO

DESCRIÇÃO: Preparar a guia de desligamento, contendo dados sobre o adolescente e o seu responsável legal assim como a informar sobre a decisão judicial, além de coletar assinaturas do adolescente e/ou do seu responsável. Reunir e entregar objetos pessoais que foram retidos ao ingressar na Unidade.
PÚBLICO-ALVO: Adolescente
RESPONSÁVEL: Coordenador administrativo, auxiliar e técnico administrativo

7.2 TÉCNICO

RESPONSÁVEL: Coordenador administrativo, auxiliar e técnico administrativo **8.2 TÉCNICO** **DESCRIÇÃO:** Encaminhar documentos originais pertencente ao adolescente, caso tenha completado a maior idade, ou ao seu responsável caso contrário (RG, CPF, Certidão de nascimento, notas fiscais de aparelhos eletroeletrônico, entre outros); Na aplicação de medida de internação e/ou semiliberdade, repassar informações coletadas durante a permanência do adolescente na Unidade (PIA, Relatórios, documentos pessoais original ou cópia) para os profissionais da Unidade que irá recebe-lo, outrossim, em caso de progressão para medida em meio aberto ou extinção desta, encaminhar a ficha de referência para o Programa de Egressos.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

78

Contactar a rede de assistência ao adolescente – saúde, educação e assistência social, a fim de informar o retorno do adolescente ao território. Realizar o desligamento do adolescente no Sistema SIPIA/SINASE e encaminhar as informações necessárias para o administrador estadual do sistema (ADE), a fim de que seja encerrado ou transferido o cadastro. Encaminhar adolescente e/ou familiar/responsável para Unidade de Saúde da Renascer para providencias relativas a saúde **PÚBLICO-ALVO:** Adolescente **RESPONSÁVEL:** Coordenação Técnica, Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo .
PÚBLICO-ALVO: Adolescente
RESPONSÁVEL: Coordenação Técnica, Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo

7.3 SEGURANÇA

DESCRIÇÃO: Entregar objetos pessoais e eletroeletrônico pertencente ao socioeducando que estiverem no alojamento. Realizar revista pessoal ao adolescente, conduzindo-o aos espaços institucionais pertinentes para garantir o desligamento conforme fluxo estabelecido.
PÚBLICO-ALVO: Adolescente
RESPONSÁVEL: Coordenador de Segurança, Socioeducador, Agente de Segurança

7.4 SAÚDE

Descrição: Realizar desligamento do adolescente no que concerne ao acompanhamento na perspectiva de que possa prosseguir na promoção, prevenção e tratamento de saúde. Realizar a entrega dos documentos de saúde necessários. Informar sobre possíveis agendamentos de consultas e exames, bem como orientar sobre continuidade do uso de medicação caso esteja em tratamento. Registrar no prontuário sobre o desligamento e orientações realizadas. Em situações que o adolescente for encaminhado para unidade de atendimento socioeducativo desta fundação, deverá ser realizado interlocução com a equipe técnica da Unidade sobre os procedimentos de saúde realizados e agendamentos.
PÚBLICO-ALVO: Adolescentes e familiares/responsáveis.
RESPONSÁVEL: Equipe de saúde.

7.5 ARQUIVAMENTO E ORGANIZAÇÃO DE PRONTUÁRIO

DESCRIÇÃO: As informações coletadas no acompanhamento realizado com o adolescente, seja a nível administrativo, técnico ou de saúde, arquivados no prontuário, necessitam estar padronizados e em consonância com o atendimento individualizado e o projeto individual do adolescente, proposto no PIA. Para tanto, a organização dessas informações deve resguardar o sigilo em diferentes níveis de acesso, seguindo as regulamentações técnicas[19] profissionais das áreas envolvidas no acompanhamento. É de fundamental importância garantir a horizontalidade na socialização das informações e dos conhecimentos em equipe multiprofissional, evitando a

[19] Título II, Art. 2º § d da Lei 8.662/93; Resolução 010/05 do Art. 9º, 12º e 14º Das responsabilidades do Psicólogo; Lei 9394/96, Cap. V, Art. 5º; Resolução CFP nº 001/2009, Resolução CFP nº 07/2003.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

hierarquização desses saberes, a fim de garantir a construção conjunta e articulada sobre o adolescente. A organização dos instrumentais no prontuário do adolescente, é de responsabilidade de todos que compõem a equipe. É salutar manter a ordem dos documentos, evitando assim a perda de informações que devem acompanhar o adolescente quando do seu desligamento. No tocante ao registro no prontuário deve atentar-se que todos os procedimentos (acolhimento, atendimentos, abordagens, encaminhamentos, participação em atividades entre outros) necessitam de registro imediato afim de que sejam preservadas as informações bem como deve ser desprezado o uso de outros espaços de registro que não estão legitimados institucionalmente, exceto aqueles de uso exclusivo da Psicologia, resguardando o direito à informação segura e sigilosa. Em caso de desligamento, o prontuário do adolescente com todos os documentos e informações pessoais e relativa a medida aplicada deverá ser arquivada em local seguro até que seja atingida a maioridade (21 anos) nos arquivos do setor técnico. A documentação original, caso não seja entregue ao adolescente ou seu responsável, nos casos de evasão, deverão ser entregues e protocolados ao referido e seus familiares.
PÚBLICO-ALVO: Adolescente.
RESPONSÁVEIS: Administrativo e técnico.

VIII - JUSTIÇA RESTAURATIVA

O conceito de Práticas Restaurativas baseia-se na Justiça Restaurativa, podendo conceituá-lo como diferentes ferramentas que possibilitam um espaço de diálogo, contribuindo de forma efetiva para a reparação de danos, restauração de vínculos, promoção de responsabilização, permitindo integração e pacificação comunitária, prevenir violências, estabelecer valores e cuidados mútuos, dirimir conflitos, construir a cultura de paz (respeito, diálogo, cuidado, acolhida e outros)

Os princípios norteadores devem respeitar a corresponsabilidade, reparação de danos, atendimento às necessidades de todos os envolvidos, a informalidade, a voluntariedade, a imparcialidade, a participação, o empoderamento, a consensualidade, a confidencialidade, a celeridade e a urbanidade.

A justiça restaurativa na socioeducação irá integrar na rotina das equipes, instrumentais que agregam elementos restaurativos onde possibilitará aplicar a metodologia para construção dos instrumentais avaliativos – Plano de Atendimento Individual – PIA, avaliação de medida, realização de círculos de diálogos, acolhimento, celebração, discussão de temáticas que possibilitem a ressignificação do processo

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

80

socioeducativo do adolescente, grupos com as famílias, círculo de resolução de conflito, além de diversas possibilidades.

A partir da metodologia da justiça restaurativa configura-se como possibilidade para construção do projeto de vida do adolescente e o enfrentamento de suas fragilidades, possibilitando a reconstrução de vínculos familiares, comunitários e social.

IX- INCOMPLETUDE INSTITUCIONAL

Como modo de garantir o acesso do adolescente aos recursos comunitários e sociais, mesmo em cumprimento de medida socioeducativa, há de se reconhecer a imperativo empenho na interlocução da política de atendimento socioeducativo com as demais políticas públicas, repelindo a lógica da instituição total.

Para tanto, o ECA em seu artigo 86, pauta a **incompletude institucional, caracterizada pela utilização do máximo possível de serviços na comunidade, co-responsabilizando as políticas públicas setoriais no atendimento aos adolescentes privados de liberdade.** As atividades socioeducativas, portanto, carecem de se estruturar na lógica integrativa com os espaços externos à própria instituição, a fim de incluir o adolescente em experiências significativas de socialização e vinculação aos serviços existentes na comunidade.

Os parâmetros norteadores da ação e gestão pedagógicas para as entidades e/ou programas de atendimento que executam a internação provisória e as medidas socioeducativas devem propiciar ao adolescente o acesso a direitos e às oportunidades de superação de sua situação de exclusão, de ressignificação de valores, bem como o acesso à formação de valores para a participação na vida social, vez que as medidas socioeducativas possuem duas dimensões: uma dimensão jurídico-sancionatória e uma dimensão substancial ético-pedagógica. Seu atendimento deve estar organizado observando o princípio da incompletude institucional.

Assim, a inclusão dos adolescentes pressupõe sua participação em diferentes programas e serviços sociais e públicos. (SINASE,2006). A inserção do adolescente

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

81

nas políticas públicas torna-se meio de garantir oferta e acesso a serviços que o referido tem direito e que faz parte das pactuações e metas propostas no Plano Individual de Atendimento. Com isso, mais uma vez reafirmamos a importância da elaboração e articulação do PIA, através da equipe de trabalho junto ao adolescente e família.

Vale ressaltar que essa competência de elaborar e articular o plano de atendimento de cada adolescente junto ao demais entes institucionais é da equipe técnica vinculada à instituição executora das medidas. É através do PIA que se estabelece os parâmetros para o trabalho junto a cada adolescente, implicando na articulação conjunta de todas as instituições integrantes do SINASE, com atuação no caso concreto.

Cabe ainda salientar que as intervenções voltadas ao atendimento socioeducativo devem pautar-se na direção da proteção integral do adolescente legitimando-o enquanto sujeito de sua história e não abstendo do reconhecimento sancionatório e responsabilizador da privação de liberdade. Ultrapassar o viés do cumprimento da medida socioeducativa pelo ato infracional, proporciona compreender e possibilitar o comprometimento de todos os atores envolvidos no processo de construção de novas perspectivas de objetivação da vida do adolescente em sociedade.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

82

3. PLANO DE MONITORAMENTO

O presente documento tem como objetivo possibilitar o diagnóstico da realidade dos programas, com a construção de uma interlocução com a cultura presente de modo a introduzir nela algumas âncoras de segurança que permitam caminhar com o processo de monitoramento e avaliação com fluxo contínuo de alimentação de dados. Tem como referencial teórico o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (2006) no que diz respeito à metodologia de ação e dos procedimentos do Monitoramento e Avaliação.

De acordo com o SINASE, essa modalidade tem função diagnóstica e de apoio à gestão, voltada não apenas para o controle da qualidade, mas para sua promoção. A avaliação pode ser realizada em espaços definidos de tempo com coleta de dados e informantes específicos com vistas a estabelecer parâmetros para alterações na política e no Sistema de atendimento mais amplo. Sendo assim, visa:

1) Acompanhar as diferentes modalidades de atendimento ao adolescente a partir de critérios e indicadores de qualidade dos serviços prestados, tendo por base a garantia dos direitos;
2) Desenhar e consensuar padrões de qualidade do atendimento acompanhando continuamente e com regularidade a eficácia dos projetos desenvolvidos pelos programas de atendimento socioeducativo.

Nessa perspectiva, é importante ressaltar que ao estabelecer um processo de avaliação, a definição dos objetivos que se deseja alcançar, o envolvimento e a adesão dos sujeitos que integram os diferentes espaços institucionais são necessários, pois, no processo de avaliação existe uma interação de diferentes variáveis (Sinase,2006).

Em conformidade com esse entendimento, o Sinase estabelece um sistema de monitoramento e avaliação, o qual é entendido como:

> [...] um conjunto de ações de caráter político estratégico que visa introduzir parâmetros para as entidades e/ou programas de atendimento socioeducativo que executam o atendimento inicial, a internação provisória e as medidas socioeducativas, bem como produzir informações para sua melhoria e a publicização dos dados em âmbito nacional (BRASIL, 2006b, p.77).

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

83

3.1 - MODALIDADES DO PROCESSO AVALIATIVO E DE MONITORAMENTO

As modalidades da avaliação e monitoramento, de acordo com o que está normatizado no SINASE quanto à estruturação do monitoramento e avaliação nacional abrangente, deve ter como ponto de partida a ação já desencadeada pelo governo federal de implantar o INFOINFRA – Controle Informacional de Adolescentes em Conflito com a Lei.

A partir da sua concepção e dos resultados previstos poder-se-á elaborar novas estratégias de apropriação de informações necessárias para o estabelecimento de um processo mais amplo e completo de monitoramento e avaliação do SINASE Dar-se-á a partir do Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA) mais especificamente o SIPIA II/INFOINFRA **(SIPIA SINASE WEB).** A implementação do INFOINFRA obedecerá ao fluxo de atendimento previsto pelo ECA, podendo contar com a coleta e registro de dados pelas **Delegacias Especializadas, Ministério Público e, principalmente, com as Varas da Infância e da Juventude e programas de atendimento socioeducativo (Boletins de Movimentação)**.

Esta é uma ferramenta permanente para subsidiar ações, políticas e programas na área de adolescentes em conflito com a lei, no âmbito do Poder Judiciário, órgãos governamentais e não governamentais e autoridades competentes. O sistema **SIPIA SINASE WEB)** registrará as seguintes informações:

- dados das condições socioeconômicas do adolescente; (renda, arranjo familiar, número de dependentes da família, número de cômodos, nível de escolaridade dos responsáveis);
- processos de apuração de ato infracional;
- execução de medidas;
- aplicação das medidas;
- acompanhamento das medidas aplicadas (socioeducativas);
- avaliação das entidades e programas de atendimento;
- cadastramento de técnicos e orientadores responsáveis pelos adolescentes;
- acompanhamentos da execução das medidas.

Desse modo, o SINASE (2006) com esta modalidade de monitoramento e avaliação de fluxo de atendimento socioeducativo visa:

Margerida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

84

1) subsidiar o processo de ressarcimento de direitos, colocando informações a serviço da formulação de políticas públicas, bem como produção de conhecimentos e da gestão dos programas de atendimento aos direitos da criança e adolescente, definidos pela Constituição Federal e pelo ECA;

2) consolidar os dados dos diferentes Estados visando ao estabelecimento de um diagnóstico nacional sobre a situação geral do atendimento do adolescente em conflito com a lei;

3) acompanhar o número de vagas no sistema estadual, o fluxo, o perfil dos adolescentes e suas famílias e sua trajetória no sistema, considerando a progressão de medidas até a sua saída;

4) coletar informações sobre adolescente em conflito com a lei e as decorrentes medidas socioeducativas a ele aplicadas;

A partir desses parâmetros, como já mencionamos, o SINASE busca estabelecer um sistema de monitoramento e avaliação dos programas de atendimento socioeducativo. Para isto, define quatro categorias e respectivos indicadores de qualidade a serem avaliados pelos referidos programas em meio aberto e em meio fechado.

No que tange aos, direitos humanos, unidades e/ou programas, de acordo com a modalidade de atendimento deverão garantir o acesso dos adolescentes aos programas públicos e comunitários, como escolarização formal, atividades desportivas, culturais e de lazer internas e externas com regularidade e frequência, assistência religiosa, atendimento de saúde na rede pública ,inserção em atividades profissionalizantes e inclusão no mercado de trabalho, como vemos a seguir (Quadro 1).

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

85

Quadro 1: Medidas socioeducativas em meio fechado

Categoria 1-Direitos Humanos	**Categoria 2-Ambiente físico e infraestrutura**
•Alimentação •Vestuário •Higiene pessoal •Documentação civil •Documentação escolar •Escolarização •Profissionalização/ trabalho •Esporte •Cultura •Lazer •Atenção integral à saúde •Assistência espiritual •Respeito e dignidade •Direitos sexuais e reprodutivos •Direitos políticos	•Capacidade física •Salubridade •Refeitório •Dormitório •Banheiros •Espaço para escolarização •Espaço para o atendimento à saúde •Espaço para a prática de esportes, cultura e lazer •Espaço para o atendimento jurídico, social e psicológico •Espaço para a profissionalização •Espaço para a visita íntima •Espaço ecumênico •Equipamentos •Segurança •Parcerias
Categoria 3-Atendimento socioeducativo	**Categoria 4-Gestão e Recursos Humanos**
•Atendimento familiar; •Atendimento jurídico; •Atendimento técnico; •Atendimento ao egresso no caso de Internação; •Plano Individual de Atendimento (PIA).	•Capacidade de gestão •Planejamento e Projeto Pedagógico Formação e capacitação de recursos humanos •Plano de cargos e salários •Supervisão e apoio de assessorias externas Coleta e registro de dados e informações Avaliação •Parcerias

Fonte: SINASE (BRASIL, 2006b, p.82).

As estruturas físicas das unidades de atendimento e/ou programas deverão ser orientadas pelo projeto pedagógico e estruturadas de modo a assegurar um ambiente físico e estrutura com capacidade física para o atendimento adequado à execução desse projeto, de acordo com a modalidade de atendimento e a garantia dos direitos fundamentais dos adolescentes. Conforme os parâmetros arquitetônicos

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

normatizados pelo SINASE, as entidades e/ou programas de atendimento deverão assegurar os aspectos físicos a seguir (Quadro 2)

Quadro 2 - Aspectos físicos a serem considerados nas unidades de atendimento e/ou programas socioeducativos

Aspectos físicos a serem considerados	Internação Provisória	Semiliberdade	Internação
Condições adequadas de higiene, limpeza, circulação, iluminação e segurança.			
Espaços adequados para a realização de refeições			
Espaço para atendimento técnico individual e em grupo			
Condições adequadas de repouso dos adolescentes			
Salão para atividades coletivas e/ou espaço para estudo			
Espaço para o setor administrativo e/ou técnico			
Espaço e condições adequadas para visita íntima			
Espaço e condições adequadas para visita familiar			
Área para atendimento de saúde/ambulatórios			
Espaço para atividades pedagógicas			
Espaço com salas de aulas apropriadas contando com sala de professores e local para funcionamento da secretaria e direção escolar			
Espaço para a prática de esportes e atividades de lazer e cultura devidamente equipados e em quantidade suficiente para o atendimento de todos os adolescentes			
Espaço para a profissionalização			

Fonte: SINASE (BRASIL, 2006b, p.50).

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

87

As entidades e/ou programas devem organizar o atendimento de forma a garantir alimentação de qualidade e em quantidades suficientes, vestuários adequados e suficientes, acesso à documentação civil e escolar, e a inserção de adolescentes ameaçados em sua vida e integridade física, em programas especiais de proteção. (SINASE, 2006)

Para o atendimento socioeducativo, o SINASE coloca como imprescindível o acompanhamento técnico dos adolescentes por profissionais que tenham conhecimentos específicos na área de atuação profissional e conhecimento em relação à especificidade do trabalho a ser desenvolvido. A equipe multiprofissional (a internação e internação provisória deve ter, no mínimo, médico, enfermeiro, cirurgião dentista, psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, auxiliar de enfermagem e auxiliar de consultório dentário) deverá ser capaz de acolher e acompanhar os adolescentes e suas famílias em suas demandas e atender aos funcionários, ter habilidade de acessar a rede de atendimento pública e comunitária para responder às situações de violação, promoção e garantia de direitos.

Na categoria "gestão e recursos humanos", tanto os programas que executam a internação provisória como as medidas socioeducativas, os profissionais devem ser capacitados para o desempenho das funções previstas, bem como, esse pessoal deve ter acesso ou receber formação e capacitação continuada específica para o trabalho socioeducativo e em serviço, que compreenda: capacitação introdutória, formação continuada, supervisão externa e/ou acompanhamento das unidades e/ou programas. As parcerias e alianças estratégicas também são fundamentais na avaliação desta categoria.

3.2- Estudos de casos de programas socioeducativos

De acordo com o SINASE (2006, p. 82) os estudos de caso de programas socioeducativos são uma estratégia complementar e sua utilidade diz respeito à possibilidade de análise detalhada e a sistematização de procedimentos e alternativas positivas de intervenção.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

88

As fontes de dados do estudo de caso serão os documentos e registros existentes, as entrevistas, a observação e objetos do cotidiano da organização.

O SINASE (2006) traz que o estudo de caso, por sua natureza empírica, baseia-se no trabalho de campo e na sistematização das informações sobre os programas analisados. Essa modalidade no monitoramento e avaliação dos programas socioeducativos é de grande relevância, pois visa:

1) possibilitar, além dos resultados gerais/globais de desempenho, o conhecimento em maior profundidade sobre uma situação específica do atendimento com suas tensões e desafios, investigando intencionalmente o que há nela que poderia ser replicado em termos de indicação técnica ou pedagógica;

2) evidenciar aspectos que devem merecer atenção dos gestores ou que podem ajudar a gerar novas teorias e alternativas de trabalho com adolescentes em conflito com a lei;

3) oferecer ao sistema as referências do processo ou dos sujeitos envolvidos, apreciação detalhada do movimento e da metodologia do trabalho desenvolvido pela organização, além de aclarar os aspectos e tensões particulares que melhor exemplifiquem os problemas ou o sucesso das experiências escolhidas;

4) auxiliar os órgãos e entidades e/ou programas executoras do atendimento socioeducativo encontrar resposta programática de caráter pedagógico, técnico e social.

Para a coleta de dados, será utilizado o modelo de questionário construído pelos discentes e docentes da disciplina "Vivência, Observação no CENSE e Síntese", nas Unidades/Programas de Socioeducação de Londrina, conforme categorias de avaliação do SINASE. (LONDRINA, 2011).

O instrumento de avaliação busca detalhar os indicadores para cada categoria proposta pelo SINASE e a construção de uma escala de valoração, com uma base referencial numérica a ser observada e registrada no momento da avaliação, e para alguns indicadores deixou a possibilidade de registro de outras informações. A proposta de instrumento elaborada procurou contemplar todas as categorias/indicadores, envolvendo o meio fechado.

Dada a extensão da proposta de instrumento elaborada, apresentamos abaixo, a título de exemplificação do exposto, alguns recortes do instrumento, com um

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

89

exemplo de indicadores para cada uma das quatro categorias e modalidades de atendimento.

Quadro 3: Base referencial numérica a ser observada e registrada no momento da avaliação

Para responder às questões que seguem, considere a seguinte legenda:
1 = Inexistente/não atende/nulo
2 = Insatisfatório/insuficiente/ruim
3 = Razoável/regular/mediano
4 = Aceitável/não atende plenamente/bom
5 = Excepcional/atende plenamente/ótimo
6 = Sem informação

Indicadores de avaliação de unidades de socioeducação – meio fechado (internação, internação provisória e semiliberdade).

1. Direitos Humanos nas Unidades em meio fechado						
Atenção Integral à Saúde	1	2	3	4	5	6
Atendimento médico						
Atendimento odontológico						
Atendimento farmacêutico						
Atendimento de Saúde Mental						
Atendimento de Terapia Ocupacional						
Atendimento de enfermagem						
Encaminhamentos para a rede de saúde						
2. Espaço físico e infraestrutura do local de cumprimento da medida socioeducativa em meio fechado.						
CAPACIDADE FISICA E ESTRUTURA FISICA						
DORMITÓRIOS						
Dormitório coletivo	1	2	3	4	5	6
Número de camas						
Pia						
Chuveiro						
Sanitário						
Banheiro (privacidade) (uso de água controlado)						
Bancada de estudo						
Condições de higiene e limpeza						
Iluminação natural						
Ventilação						
Materiais de acabamento das paredes, piso e teto						
3. Atendimento Socioeducativo nas Unidades de meio fechado						
Atendimento ao egresso no caso de internação	1	2	3	4	5	6
Fortalecimento de vínculos entre a família e o adolescente						
Encaminhamento para a rede socioassistencial						
Inserção no processo educativo						
Acompanhamento no processo educativo						
Encaminhamento à rede socioassistencial com *feedback*						
Encaminhamento à rede de saúde física e mental						
Encaminhamento à profissionalização e ao mercado de trabalho						
Encaminhamento a atividades de lazer						
Encaminhamento às atividades esportivas						
Participação nos problemas públicos e comunitários						
4. Gestão de recursos humanos nas Unidades de meio aberto						
Capacidade de gestão de recursos humanos	1	2	3	4	5	6
Planejamento e Projeto Pedagógico						
Projeto Político Pedagógico (PPP)						
Realimentação do PPP						
Planejamento Estratégico/Plano Anual de Atividades (PAA)						
Avaliação anual do PAA						
Plano de Gerenciamento de Crise (PGC)						

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

3.3- Avaliação de custos dos programas de atendimento socioeducativos

Para que se possa proceder a uma apropriação e avaliação dos custos dos programas socioeducativos torna•se necessário a construção e incorporação de uma metodologia que contemple indicadores de gastos diretos e indiretos em comparação com a média de lotação dos diferentes programas e serviços. O conhecimento dos custos e gastos dos programas socioeducativos com metodologia própria a ser desenvolvida tem como objetivos centrais:

1) gerar transparência na gestão;
2) embasar avaliações tendo em vista a boa aplicação dos recursos financeiros;
3) estruturar padrões de referência; e
4) subsidiar o planejamento de políticas públicas voltadas ao atendimento ao adolescente autor de atos infracionais.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

91

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção deste caderno teve como objetivo geral organizar os parâmetros que norteiam o trabalho das equipes na execução das medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade no Estado de Sergipe. As ações estão orientadas a partir de embasamentos legais tendo como norteadores o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, Projeto Político Pedagógico Institucional - PPPI e demais documentos específicos das áreas de atuação no atendimento. Destaca-se que a iniciativa da construção desse material surgiu da necessidade da organização dos processos de trabalho para qualificar a ação socioeducativa.

A organização e a padronização desses processos de trabalho visam garantir ao adolescente, que durante sua passagem nas unidades de privação restrição de liberdade, que as ações sejam equânimes, transparentes, horizontais e uniformes, respeitando sempre as particularidades de cada caso e o fazer profissional específico de cada equipe de trabalho.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

92

A construção deste documento se deu de forma coletiva com a participação das equipes técnicas e diretiva no primeiro momento, através de oficinas. E no segundo momento com reuniões de discussão nas unidades com as equipes de segurança, técnica e de saúde.

A produção dos Cadernos primou pela didática e objetividade do conteúdo apresentado, seguindo parâmetros do SINASE, e copilado em seu embasamento teórico pela equipe da DIROP. Ressaltando ainda que o esforço coletivo empreendido neste advém de uma necessidade conjuntural apresentada pelas mudanças societárias em que o adolescente, em especial aquele que comete o ato infracional está inserido, e das exigências implícitas nesse processo quanto ao pensar e agir de forma dialética no contexto socioeducativo.

Portanto, é válido registrar que o processo de conhecimento e produção deste deve estar na pauta de discussão das equipes de trabalho para um melhor acompanhamento da questão social e suas múltiplas expressões. Faz-se mister que este material seja revisado, priorizado a coletividade, a partir de diagnóstico por um lapso temporal de dois anos.

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer

REFERÊNCIAS

ARANTES, E.- **Da Criança Infeliz a "Menor Irregular" - vicissitudes na arte de governar a infância, em: Jacó-Vilela et alli** (org.) - "Histórias da Psicologia no Brasil", Rio de Janeiro, UERJ/ NAPE, 1999.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana.** São Paulo: Ed. Universitária, 1987.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 8.069/1990. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente, 2002;

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http:://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 27 jul. 2017.

_____**Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm. Acesso em: 28 de outubro de 2015;

_____**Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo -SINASE/** Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006;

DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Regulamentação da Profissão de Assistente Social**. Lei nº. 8662, julho de 1993;

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. R**esolução CFP nº 010/05, de 27 de agosto de 2005**. Brasília, 2005;

_____**Resolução CFP nº 001/09, de 30 de março de 2009**. Brasília, 2009;

COSTA, Antônio Carlos Gomes da, 1949 – Pedagogia da Presença; da solidão ao encontro. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001. 140p. 2ª edição

DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

ILANUD - INSTITUTO LATINO-AMERICANO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA PREVENÇÃO DO DELITO E TRATAMENTO DO DELINQUENTE. **Guia teórico e prático de medidas socioeducativas**. Brasil: UNICEF, 2004. Disponível em:https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/politica_socioeducativa/doutrina/Guia_teorico_e_pratico_de_medidas_socioeducativas_ILANUD.pdf. Acesso em: 15 set. 2021.

RIZZINI, Irene. **A criança e a Lei no Brasil: Revisitando a história (1822-2000).** 2. ed. Rio de Janeiro: USU, 2002.

SERGIPE, **Projeto Político Pedagógico Institucional**. Fundação Renascer do Estado de Sergipe, 2015;

_____, **Manual de Procedimentos Técnicos do Centro de Atendimento ao Menor**. Fundação Renascer do Estado de Sergipe, 2014;

Margarida Azevedo da Silva
Presidente do Conselho Administrativo
Fundação Renascer